

UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

JÉSSICA DANIELLE REIS

CLASSES SOCIAIS: um estudo sobre seu comportamento no Brasil,
com enfoque no período de 2002 a 2013.

**FRANCA
2014**

JÉSSICA DANIELLE REIS

CLASSES SOCIAIS: um estudo sobre seu comportamento no Brasil,
com enfoque no período de 2002 a 2013.

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Márcio Benevides
Lessa.

FRANCA

2014

JÉSSICA DANIELLE REIS

CLASSES SOCIAIS: um estudo sobre seu comportamento no Brasil,
com enfoque no período de 2002 a 2013.

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Franca, 21 de novembro de 2014

Orientador: _____

Nome: Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a): _____

Nome: Profa. Dra. Ana Tereza Jacinto

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a): _____

Nome: Prof. Ms. Luis Mendes de Oliveira

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho a todos que fizeram do meu sonho uma realidade. À minha família, amigos e professores pela dedicação, apoio, compreensão e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- a Deus por me acompanhar todos os dias;
- a minha mãe, meu anjo, que mesmo lá do céu se faz presente em todos os momentos;
- a minha família, meu namorado, amigos e parentes que aguentaram todos os momentos de estresses me ajudando com muito carinho e apoio;
- ao meu orientador, o Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa, por acreditar e me apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto e por estar presente desde o início de nosso curso; e
- agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante este percurso.

“Aprendi a procurar a felicidade antes limitando os desejos, do que tentando satisfazê-los.”

John Stuart Mill

RESUMO

O estudo presente consiste em analisar a evolução das classes sociais, dando ênfase ao desenvolvimento das classes brasileiras no século XXI. A desigualdade brasileira não é assunto atual, pois existe desde a colonização e em alguns períodos essa desigualdade aumenta. Para essa análise, primeiramente se estuda um histórico mundial, destacando como se determinava as classes antigamente, o estudo dos principais clássicos em relação ao assunto, além de conceituar diversos tópicos que se relacionam e interferem na colocação da sociedade em classes. Após haverá uma análise do histórico brasileiro mostrando as divisões da sociedade em classes e por último, analisado com maior ênfase os últimos 3 governos (FHC, Lula e Dilma) com o objetivo de mostrar as políticas sociais que contribuíram e vem contribuindo para o desenvolvimento da nova forma de classificarmos as classes sociais brasileira. Concluindo com uma breve reflexão de como esta atualmente a sociedade brasileira e se houve mesmo uma melhora nos últimos anos.

Palavras-chave: classe social, Brasil, desigualdade, políticas econômicas, novo modelo de classificação.

ABSTRACT

The present study is to analyze the evolution of social class emphasizing the development of Brazilian society in the XXI century. The Brazilian inequality is not current issue, as there since colonization and in some periods this inequality increases. For this analysis, first studying a world history, highlighting how the classes were determined before, the study of the main classics on the subject, and conceptualize various topics that relate and interfere with the placement of society into classes. After there will be an analysis of Brazilian history showing the divisions of society into classes and lastly, if analyzed with greater emphasis on the last three governments (FHC, Lula and Dilma) with the aim of showing the social policies that contributed and is contributing to the development the new way to classify the Brazilian social classes. Concluding with a brief reflection on how this current Brazilian society and even if there was an improvement in recent years.

Keywords: social class, Brazil, inequality, economic policies, the new classification model.

RESUMEN

El presente estudio es analizar la evolución de las clases sociales, haciendo hincapié en el desarrollo de las clases brasileñas en el siglo XXI. La desigualdad brasileña no es tema de la actualidad, ya que desde la colonización y en algunos períodos esta desigualdad aumenta. Para este análisis, estudiando primero una historia del mundo, destacando cómo las clases se determinan antes, el estudio de los clásicos sobre el tema principal, y conceptualizar varios temas que se relacionan e interfieren con la colocación de la sociedad en clases. Después habrá un análisis de la historia de Brasil que muestra las divisiones de la sociedad en clases y, por último, si se analiza con mayor énfasis en los últimos tres gobiernos (FHC, Lula y Dilma) con el objetivo de mostrar las políticas sociales que han contribuido y está contribuyendo al desarrollo la nueva forma de clasificar las clases sociales brasileñas. Concluyendo con una breve reflexión sobre cómo esta sociedad brasileña actual y aunque hubo una mejoría en los últimos años.

Palabras clave: la clase social, el Brasil, la desigualdad, las políticas económicas, el nuevo modelo de clasificación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama da sucessão das escolas econômicas, incluindo Marx	28
Figura 2 – Gráfico da evolução relativa da população brasileira total – 1940 a 2010.	36
Figura 3 – Gráfico da evolução da população brasileira total, urbana e rural – 1940 a 2010.	37
Figura 4 – Gráfico da população brasileira total e projetada para 2020 – 2060.	39
Figura 5 – Gráfico da renda domiciliar brasileira e razão entre os mais ricos e os mais pobres.	42
Figura 6 – Gráfico distribuição relativa das famílias, por classes de rendimento mensal familiar (em salários mínimos) – em percentual.	45
Figura 7 - Gráfico da quantidade de domicílios brasileiros 2001 - 2011.....	46
Figura 8 - Gráfico do percentual de domicílios brasileiros com bens duráveis 2001 -2011.	47
Figura 9 – Índice de Desenvolvimento Humano – Brasil 1991, 2000 e 2010	49
Figura 10 – Gráfico da política de valorização do café (em sacas de 60 quilos).....	57
Figura 11 – Gráfico da evolução da população brasileira total, urbana e rural – 1940 a 2010.	62
Figura 12 – Gráfico da variação do PIB brasileiro – 1964 a 1985.	63
Figura 13 – Gráfico do gasto do governo federal brasileiro como área social – 1960 – 2005.	65
Figura 14 – Gráfico da série histórica do coeficiente de Gini no Brasil - 1976 – 2012.	68
Figura 15 – Gráfico da participação dos pobres na população brasileira– 1979 – 2009.	70
Figura 16 – Gráfico da renda domiciliar per capita dos municípios brasileiros – 1979 – 2009.	71
Figura 17 - Gráfico do salário mínimo real – médias anuais, deflacionadas pelo IPC-Fipe, em R\$ de abril de 2000	76
Figura 18 – Gráfico da proporção de pobres no Brasil – médias em quatro períodos, de 1981 a 2000	76

Figura 19 – Gráfico da variação real do gasto social no governo FHC (1995-2002)	79
Figura 20 - Gráfico da trajetória do gasto social federal, 1995 – 2010.....	83
Figura 21 – Gráfico da população brasileira dividida de acordo com o novo critério da ABEP	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Renda Percapita das classes baixa e média.....	20
Quadro 2 - Renda média familiar	21
Quadro 3 – Capitâneas hereditárias e seus donatários.....	53
Quadro 4 - A crise dos anos 60 e suas explicações.....	60
Quadro 5 - Programa Bolsa Família- renda per capita das famílias.....	84
Quadro 6 - Dissolução dos gastos com o programa Bolsa Família.....	84
Quadro 7 - População brasileira dividida de acordo com o novo critério da ABEP.....	86
Quadro 8 - Gasto anual das classes sociais brasileiras em 2009.	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores mundiais e regionais.....	34
Tabela 2 – Evolução da população brasileira total, urbana e rural – 1940 a 2010....	35
Tabela 3 - Projeção da população.....	38
Tabela 4 - Classificação dos países segundo a economia, educação e saúde, conforme o <i>The Legatum Prosperity Index – 2013</i>	41
Tabela 5 - Renda domiciliar brasileira e razão entre os mais ricos e os mais pobres	41
Tabela 6 - Distribuição relativa das famílias, por classes de rendimento mensal familiar (em salários mínimos) – em percentual.....	44
Tabela 7 - Bens duráveis existentes nos domicílios brasileiros.....	46
Tabela 8 - Ranking IDH Global 2012.....	48
Tabela 9 - IDH Brasil e unidades da federação - 1991, 2000 e 2010.....	50
Tabela 10 - A política de valorização do café (em sacas de 60 quilos).....	56
Tabela 11 – Evolução da população brasileira total, urbana e rural – 1940 a 2010	61
Tabela 12 – Variação do PIB brasileiro – 1964 a 1985	63
Tabela 13 – Gasto do governo federal brasileiro com a área social.....	64
Tabela 14 - Série histórica do Coeficiente de Gini no Brasil - 1976 – 2012.	67
Tabela 15 - Participação dos pobres na população brasileira – 1979 - 2009.....	69
Tabela 16 – Renda domiciliar per capita dos municípios brasileiros – 1979 – 2009.	71
Tabela 17 – Salário mínimo real – Médias anuais, deflacionadas pelo IPC-Fipe, em R\$ de abril de 2000.	75
Tabela 18 - Rendimento familiar per capita.....	78
Tabela 19 - Evolução do gasto social no governo FHC	79
Tabela 20 - Gasto Social direto do Governo Federal (2001-2004) – Valores constantes em milhões de reais de 2004.	81
Tabela 21 - Trajetória do Gasto Social Federal, 1995 – 2010.....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. CLASSES SOCIAIS	18
1.1 CONCEITO.....	18
1.2 CLASSES SOCIAIS EM UMA SÉRIE HISTÓRICA	21
1.3 O CAPITALISMO E AS CLASSES SOCIAIS.....	23
1.3.1 A visão de Smith	24
1.3.2 A visão de Malthus.....	26
1.3.3 A visão de Marx.....	28
1.3.4 A visão de Hobson	31
2. POPULAÇÃO, RIQUEZA E CONSUMO – ASPECTOS NOTÓRIOS NA FORMAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS.....	33
2.1 POPULAÇÃO – UMA VISÃO RELEVANTE	33
2.2 RIQUEZA – FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	39
2.3 CONSUMO - A DEPENDÊNCIA DA RENDA	43
2.4 IDH E SEU PAPEL PARA DETERMINAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS.....	47
3. A FORMAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS BRASILEIRAS	52
3.1 O BRASIL COLÔNIA	52
3.2 UM BRASIL INDEPENDENTE	54
3.3 A ERA da INDUSTRIALIZAÇÃO	56
3.4 ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	60
3.5 A POBREZA E SUA RELEVÂNCIA NA ECONOMIA BRASILEIRA	65
3.5.1 Coeficiente de Gini.....	67
3.5.2 Participação dos mais pobres na população brasileira	69
4. O COMPORTAMENTO DAS CLASSES SOCIAIS BRASILEIRA NO SÉCULO XXI	73
4.1 GOVERNO FHC.....	73
4.1.1 O Plano Real e os governos de Fernando Henrique Cardoso	73
4.1.2 Os programas de transferência de renda.....	77

4.1.3 Evolução do gasto social no governo FHC	78
4.2 GOVERNO LULA	80
4.2.1 O Bolsa Família.....	80
4.2.2 Dados.....	81
4.3 GOVERNO DILMA.....	83
4.3.1 Dados.....	83
4.3.2 Novo conceito de divisão das classes sociais no Brasil	85
CONCLUSÃO	88
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	90
REFERENCIAL ELETRÔNICO.....	93
ANEXO A – Critério de classificação econômica Brasil	95

INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa descrever uma mudança recente na sociedade brasileira: a divisão da população em classes sociais e o que interfere na mesma. O objetivo da pesquisa é analisar como se comportam as sociedades quando divididas em extratos sociais. No caso, o foco principal será o Brasil onde será investigado principalmente os últimos três governos e suas ações políticas em relação ao social da população, além de analisar os gastos do governo federal com tais políticas.

Analisar as mudanças das classes sociais se justifica pelo fato de ser um assunto relevante e atual, além de tentar demonstrar quais foram as reais mobilidades ocorridas antes e durante os governos acima citados. Conseguindo dessa forma auferir a relação de renda familiar/percapita e extratos sociais. Os últimos governos focaram em políticas sociais para cativar a população, e aqui será demonstrado se essas políticas tiveram resultados realmente positivos para a população ou se foi somente no papel.

Para um melhor entendimento de como essa pesquisa se desenvolveu, foi utilizado o método de abordagem dedutivo, que entende-se conforme Descartes “é possível chegar à certeza através da razão. Partindo das teorias e leis gerais pode-se chegar à determinação ou previsão de fenômenos”. Esse método foi escolhido pelo fato de ser necessário conhecer os fatos que contribuíram para a suposta mudança nos extratos sociais da sociedade brasileira, chegando até a aparecer um novo extrato. Além do método de abordagem dedutivo, a técnica escolhida foi a documentação indireta, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, pelo fato de que a fonte de coleta de dados está restrito a documentos, ou seja, documentos oficiais, publicações, dados censitários, estudos setoriais e artigos específicos. Será necessária uma análise em diversas fontes de pesquisas para se entender a nova situação brasileira na divisão das classes.

A pesquisa bibliográfica é de relevante importância para esse projeto, por se tratar de um projeto que não há uma pesquisa de campo. Isso acontece porque o assunto a ser tratado se baseia em fatos e dados documentados além das fundamentações dos clássicos econômicos que ajudarão a entender o motivo das mudanças. Será ainda necessário uma análise de gráficos disponíveis nos sites

governamentais para ser possível a análise da comparação e evolução de nossas classes sociais.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo eles:

- 1) Classes Sociais;
- 2) População, riqueza e consumo – aspectos notórios na formação das classes sociais;
- 3) A formação das classes sociais brasileiras; e
- 4) O comportamento das classes brasileiras no século XXI.

No primeiro capítulo haverá uma breve síntese dos conceitos de classe social, o histórico das sociedades na Antiguidade, Mercantilismo e Renascença. Após isso será abordado a relação do capitalismo com as classes por meio dos principais clássicos que contribuíram com o assunto: Smith, Malthus, Marx e Hobson.

O capítulo dois apresentará conceitos notórios e essenciais para o entendimento do tema, como população, riqueza, consumo e o Índice de desenvolvimento humano.

O terceiro capítulo trará um histórico da sociedade brasileira desde sua colonização pelos portugueses até o início do governo de Fernando Henrique Cardoso evidenciando os principais fatos que contribuíram para a formação de nossa sociedade da maneira que se encontra, salientando a formação da pobreza e sua importância.

O quarto e último capítulo analisará os dois governos de FHC, os dois governos de Lula e o governo de Dilma que ainda está em vigência, finalizando assim o trabalho com a nova classificação das classes sociais brasileira.

1. CLASSES SOCIAIS

Falar de classes sociais remete-se a diferentes definições de diversos autores e economistas clássicos que estudaram bem a fundo essa questão. Nesse capítulo será conceituado as classes sociais, além do estudo relacionado ao aspecto histórico das classes e ainda explicitar a visão dos clássicos Smith, Malthus, Marx e Hobson sobre o assunto.

BRESSER (1981) considera que as classes sociais são grupos que são determinados pelos papéis que os mesmos desempenham na sociedade, sendo dominantes ou dominados ao considerar as relações de produção básicas da sociedade.

As relações de produção são o fator determinante; a base econômica é, portanto, o que está subjacente à divisão essencial entre as classes. No entanto, é apenas no capitalismo que as classes assumem um caráter econômico tão claro e explícito, ficando os aspectos políticos e religiosos apenas como considerações secundárias. (BRESSER, 1981, pag 4).

As classes sociais são os atores principais da história. O conceito de classes são diferentes de acordo com cada período e as mudanças no modo de produção.

1.1 CONCEITO

A definição ou conceito de classe na visão de Sandroni (1999), que considera os critérios utilizados para essa definição são motivos de divergências entre diferentes autores, mas que em síntese é cada grande grupo diferente que compõe uma sociedade. Para assim acontecer é necessário levar em conta fatores socioeconômicos (riqueza, apropriação dos meios de produção, posição no sistema de produção, profissão, entre outros). O autor ainda complementa:

Considera-se ainda que os membros de uma classe social, além de terem no conjunto os mesmos interesses, tendem a compartilhar valores semelhantes. (...) A mobilidade social nas modernas sociedades industriais, em decorrência da ampliação das oportunidades, contribuiria para a expansão das camadas médias e para a atenuação dos conflitos de classe, mais próprios do capitalismo passado. Nas pesquisas de mercado, as classes são identificadas pura e simplesmente por estarem dentro de certas faixas (A, B, C, D etc.) construídas a partir dos níveis de renda e de consumo dos indivíduos. (SANDRONI, 1999, p. 101).

Dessa forma é possível entender que para a determinação da classe social de certo grupo da sociedade é preciso levar em considerações fatores sociais e fatores relacionados com o capitalismo e assim analisar esses fatores e verificar em qual faixa esses cidadãos estão inseridos.

A maneira a qual se estratifica uma sociedade depende da maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente (...) ligada ao modo pelo qual eles organizam a produção econômica e o poder político. (IANNI, 1978, p. 11)

Dividindo a sociedade brasileira em três grandes classes teríamos: classe alta, classe média e classe baixa. No trabalho em questão nos interessa a importância da classe média. Sandroni (1999) definiria classe média como:

Conjunto das camadas sociais situadas entre a burguesia e o proletariado, especialmente o urbano. O processo de desenvolvimento capitalista ampliou significativamente os estratos médios da sociedade atual, que se diversificaram em relação ao trabalho e ao nível de renda. Devido a essa heterogeneidade, costuma-se dividir a classe média em alta, média e baixa. Assim, embora se incluam na classe média os pequenos empresários, atualmente ela é formada sobretudo por profissionais assalariados que trabalham no setor de serviços (saúde, bancos, educação, comunicação) e em funções especializadas do setor industrial. (SANDRONI, 1999, p. 101).

O Governo Federal Brasileiro publicou um relatório de como foi feita a divisão da classe média brasileira que vem se destacando ano a ano. Essa publicação chama-se “*Comissão para Definição da Classe Média do Brasil*” e foi disponibilizada em 2012 para conseguirmos entender como esta sendo feita a distribuição da população brasileira de acordo com o governo.

Foram realizadas diversas análises para conseguir chegar a uma divisão da classe média, por conta de sua heterogeneidade do grupo. Nesse relatório, Barros (2012) explica a importância dessa definição para poder compreender as transformações ocorridas na distribuição de renda nos últimos anos. Dessa forma o objetivo do relatório era delimitar o grupo central da pirâmide brasileira que se expandiu de forma acentuada por conta dos progressos sociais alcançados, e será utilizado o termo “Nova Classe Média”, considerando aqueles cidadãos que recentemente acenderam para a nova classe.

Barros (2012) utilizou então o critério de grau de vulnerabilidade para definir a classe média, pois conforme a renda dos habitantes aumentam, o risco de queda à condição da pobreza diminui.

Podemos fazer novas divisões dentro de cada classe (baixa, média e alta) de modo que possamos comparar os valores obtidos com aqueles utilizados

por critérios de classificação econômica já estabelecidos, como é o caso do Critério Brasil, bem conhecido pela imprensa e pela população de modo geral, que se referem com naturalidade às classes "A", "B", "C", "D" e "E". (BARROS, 2012, p. 60).

Com diferentes divisões dentre das classes baixa, média e alta obtém-se em suas subdivisões uma totalidade de 8 extratos sociais. Ainda de acordo com o relatório:

O primeiro grupo, o da classe baixa, foi dividido com base nas linhas dos programas Brasil Sem Miséria e Bolsa Família, corrigidas pela inflação. Assim, temos: i) os extremamente pobres, que são aqueles que possuem renda familiar per capita de até R\$81; ii) os pobres (mas não extremamente pobres), aqueles com renda familiar per capita entre R\$81 e R\$162 e iii) os vulneráveis, aqueles que estão acima da linha de pobreza e abaixo da linha da classe média, ou seja, que possuem renda familiar per capita entre R\$162 e R\$291. (BARROS, 2012, p. 60).

Assim, a classe baixa estaria subdividida em 3 grupos. Enquanto a classe média se dividiria em outros 3 grupos: baixa classe média, média classe média e alta classe média. A classe alta se subdividiria em outros 2 grupos: baixa classe alta e alta classe alta.

Dessa forma as classes baixa e média estariam divididas em seu rendimento individual como:

Quadro 1 - Renda Percapita das classes baixa e média

Classe	Grupo	Renda familiar percapita
Baixa	Extremamente pobre	Até R\$ 81,00
	Pobre	De R\$ 81,00 à R\$ 162,00
	Vulneráveis	De R\$ 162,00 à R\$ 291,00
Média	Baixa classe média	De R\$ 291,00 à R\$ 441,00
	Média classe média	De R\$ 441,00 à R\$ 641,00
	Alta classe média	De R\$ 641,00 à R\$ 1019,00

Fonte: Dados utilizados do relatório "Comissão para Definição da Classe Média no Brasil", 2012, pags. 60 e 61

Se for considerado a renda familiar média, na qual seria levado em consideração que as famílias estariam compostas, na média por quatro pessoas,

tem-se a nova classificação das classes sociais pelo montante de renda familiar auferido mensalmente. Tais dados podem ser verificados com maior propriedade no quadro 2.

Quadro 2 - Renda média familiar

Classe	Renda familiar média (R\$/mês)
Extremamente pobre	227
Pobre	648
Vulneráveis	1.030
Baixa classe média	1.540
Média classe média	1.925
Alta classe média	2.813
Baixa classe alta	4.845
Alta classe alta	12.988

Fonte: Comissão para Definição da Classe Média no Brasil, 2012, p. 62

De acordo com Guido Mantega, em 26 jun. 2011 enfatiza a importância da nova classe média brasileira:

Com a entrada de 39,5 milhões de pessoas na classe C na última década, hoje esse estrato social corresponde a 50% da população brasileira. O aumento das classes A, B e C, aliado à redução da D e da E dá solidez à demanda interna no país. (SAE, disponível em <http://www.sae.gov.br/site/?p=6681#ixzz37GhITm2C>, acessado em 22-06-2014.)

Ressalva-se a importância de que somente a alteração de renda não deve proporcionar a alteração do indivíduo entre as classes sociais. Há outros fatores a serem observados, conforme decorrer deste trabalho.

1.2 CLASSES SOCIAIS EM UMA SÉRIE HISTÓRICA

Na antiguidade, que se encontra no século XVIII iniciou uma observação do modo com que as pólis se comportavam. Platão em um estudo de Gennari e Oliveira (2009) tem um foco na pólis e contribui dizendo que a pólis seria um resultado natural da evolução do homem, pois cada cidadão possuía uma aptidão diferente e por isso cada um se especializaria em determinada atividade. Dessa forma fez com que o homem não fosse mais independente e sim dependente

com os demais pois os necessitava para a aquisição dos bens que o mesmo não produzia.

Assim, surgiu a necessidade de cooperação, e a pólis é o ambiente no qual os homens cooperam entre si para produzir e obter, por meio da troca, os produtos que necessitam para viver melhor. Deve-se a Platão a primeira análise que atribui à divisão do trabalho e o papel de promover coesão da comunidade. Essa é talvez a principal contribuição do autor no que se refere à compreensão econômica da pólis. (GENNARI E OLIVEIRA, 2009, p. 8).

Grécia e Roma foram os principais países na Antiguidade que contribuíram para a evolução das cidades e também do comércio. Nessa época já estava definindo a divisão das classes por conta da criação das cidades e do governo. Se definiu então três classes sociais da época: a classe dominante, os escravos e os homens livres.

Além disso, com o predomínio do trabalho escravo, e com o decorrente enfraquecimento dos lavradores livres, a democracia republicana de Roma era apenas formal. (...) Eram homens arrancados de suas comunidades, suas aldeias ou suas tribos, dos campos britânicos às colinas da Judeia, e obrigados a trabalhar, nas piores condições imagináveis, em todo e qualquer recanto do mundo romano onde houvesse necessidade de produzir para o mercado. (MAGALHÃES FILHO, 1983, p. 90).

Magalhães Filho (1983), ainda complementa que sem a utilização dos escravos a grandeza de Roma não seria alcançada da forma que foi em seu período. As classes dominantes tinham um nível de consumo elevadíssimo.

Nos séculos XVI a XVII se criou a expressão Mercantilismo para caracterizar o conjunto de doutrinas econômicas dominadas pelo nacionalismo e pelo intervencionismo que já haviam ganhado impulso no século anterior. Feijó, 2007 acrescenta que esse foi um período de mudanças no pensamento econômico.

À medida que a classe de comerciantes e financistas enriquecia, ele ganhava importância na sociedade medieval e os nobres feudais, sentindo a ameaça ao status quo, compeliam o rei a tomar medidas para controlar a atividade mercantil de modo a limitar o enriquecimento com o comércio. (FEIJÓ, 2007, p.48).

A citação acima mostra a briga entre os senhores feudais e os comerciantes que estavam se destacando com a nova atividade, porque a principal atividade econômica que era a agricultura estava perdendo muito espaço para o comércio. Havia ainda os cidadãos que eram atores que pertenciam a uma classe mais pobres e começam a viver de salários.

O renascimento surge com a expansão comercial europeia e com o desenvolvimento das ciências e das artes. Magalhães (1983) diz que esse desenvolvimento só foi possível por conta das modificações ocorridas na base econômica quando a agricultura deixou de ser a principal fonte geradora de excedente, sendo substituída pelas atividades comerciais.

Sabemos também que esse processo deu-se apenas com uma pequena fração da população das civilizações comerciais, pertencente ou associada à classe dominante, enquanto a maioria, formada principalmente de escravos, permanecia à margem, ao mesmo tempo em que, por seu trabalho, criava riqueza necessária à própria existência desse tipo de civilização. (MAGALHÃES FILHO, 1983, p. 145).

A subordinação das classes inferiores às classes superiores é questionada por alguns economistas. Jeremy Bentham faz esse questionamento por não aceitar a teoria do direito natural que já tras um contrato dos subordinados com seus soberanos. Byrnes & Stone (1996, p. 120) apresentam o questionamento de Bentham mostrando sua indignação com essa subordinação.

Bentham difundiu o utilitarismo que de acordo com Byrnes & Stone, 1996, correspondia a uma teoria ética que maximizaria a utilidade e a felicidade, criticando sempre a teoria do direito natural porque não é possível provar a existência de tal contrato e também não há onde prove que os homens tem que seguir determinado contrato. O mesmo substituiu a teoria do direito natural pela teoria da utilidade. Complementa que o indivíduo somente possui direitos na medida em que conduz suas ações para o bem da sociedade como um todo, e a proclamação dos humanos. Byrnes & Stone defendiam que: “o utilitarismo vem a ser a ideia de que o prazer ou a dor de qualquer atividade respectivamente aumenta ou diminui a utilidade para uma pessoa, ou sua satisfação.”

Os economistas possuem diferentes visões e opiniões, no próximo tópico será estudado as principais visões dos economistas mais conceituados.

1.3 O CAPITALISMO E AS CLASSES SOCIAIS

O capitalismo está presente na maioria dos países. É um sistema econômico e social, em grande parte dos países industrializados e em fase de industrialização.

Nelas, a economia baseia-se na separação entre trabalhadores juridicamente livres, que dispõem apenas da força de trabalho e a vendem em troca de salário, e capitalistas, os quais são proprietários dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzir mercadorias (bens dirigidos para o mercado) visando à obtenção de lucro. (SANDRONI, 1999, p. 81).

É dessa separação que surgem as classes sociais nos diversos países capitalistas existindo sempre o capitalista (proprietários) que sempre visará lucros e os trabalhadores que venderam sua força de trabalho para em troca obter o salário para sua subsistência.

O Capitalismo pode ser provisoriamente definido como a organização da empresa em larga escala, por um empregador ou por uma companhia formada por empregadores, possuidores de um estoque acumulado de riqueza, destinada a adquirir matérias-primas e instrumentos e a contratar mão-de-obra, a fim de produzir uma quantidade maior de riqueza, que irá constituir lucro. (HOBSON, 1996, p. 22).

Esse tópico abordará a visão dos principais autores capitalistas visando como os mesmos veem a formação das classes sociais nas sociedades que viveram. Será abordada a visão de Smith, Malthus, Marx e Hobson.

1.3.1 A visão de Smith

Para Smith, nascido em junho de 1723 e falecido em 1790, em sua principal obra, *A Riqueza das Nações*, a compreensão da divisão das classes sociais é necessária para entender como se dá a divisão internacional do trabalho e os efeitos que essa divisão produz na economia geral da sociedade. Smith justifica que o poder da troca é que leva a essa divisão. Anteriormente cada trabalhador do campo desempenhava todo tipo de atividades por não haver como ocorrer as trocas entre as famílias pela distâncias que as separavam. Smith então estabelece: “Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador”.

Assim, com a evolução das cidades os trabalhadores não precisavam ser especializados em tudo que necessitavam, pois iniciava a possibilidade das trocas. Por isso Smith acreditava que todo homem existe por meio da troca, podendo ser assim considerado como comerciante. O poder da troca inicialmente era feita por escambos até a origem do dinheiro. Antes do papel moeda utilizou-se

os metais que passou por diversas dificuldades e foi o que deu origem à instituições da moedas. Com as evoluções o dinheiro se transformou no instrumento universal do comércio, onde passou a trocar todos tipos de mercadorias.

Após a explicação da divisão do trabalho, o entendimento do preço do trabalho é necessário para em sequência a explicação das classes sociais. Smith nos mostra que nenhum homem na sociedade capitalista consegue atender todas suas necessidades com seu próprio trabalho, por isso necessita do trabalho alheio. Por isso a frase de Smith deixa claro: *o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar* (1996, p. 83). Começando assim a demonstrar uma diferença entre os homens.

Dessa forma por remuneração do trabalho humano Smith defende: *“O trabalhador é rico ou pobre, é bem ou mal remunerado, em proporção ao preço real do seu trabalho, e não em proporção ao respectivo preço nominal”*. (1996 p. 86) Concluindo que o trabalho seria a única medida precisa de valor da qual, de acordo com Smith é possível comparar diferentes mercadorias, em diferentes tempos e lugares.

A sociedade capitalista que é caracterizada pela acumulação de capital e pela acumulação de terra, por uma estrutura social assente. Nunes (2007, p.10), divide a sociedade *“em duas classes sociais: uma classe de indivíduos que dispõem de riqueza acumulada nas suas mãos e uma classe de indivíduos industriais que nada mais têm de seu além da “sua força e habilidade de mãos”*. Dessa forma de um lado entram os capitalistas e do outro os trabalhadores. Assim o trabalho é como uma mercadoria que se troca diretamente por outra.

Os economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo consideraram três categorias básicas de rendimentos, às quais associaram as correspondentes classes sociais: renda da terra, lucro e salário, que correspondiam respectivamente a proprietários, empresários capitalistas e trabalhadores assalariados. (SEMPERE, 2006, p. 1).

Conforme as visões de Smith e Ricardo, observa-se nos trabalhos de Smith que o mesmo tinha duas principais teorias, teoria valor-trabalho e teoria valor-utilidade como o comentário a seguir.

(..)os proponentes da teoria valor-trabalho veem o conflito de classes como algo de importância fundamental para a compreensão do capitalismo, enquanto que a teoria do valor-utilidade vê a harmonia social como fundamental e leva, inevitavelmente, a uma versão do argumento da “mão

invisível”, de Smith. Só quanto Smith abandonou a teoria do valor-trabalho é que ele pode argumentar em favor da “mão invisível” e da harmonia social” (HUNT, 1981, p. 82).

HUNT (1981) ainda argumenta que Smith defendia que o trabalho era o único criador original de valor, por isso os trabalhadores deviam dividir o produto de seu trabalho com duas classes. E ainda adiciona que os salários deveriam ser determinados pela luta econômica, social e política entre trabalhadores e capitalistas, e como na maior parte dos casos, os capitalistas saíam levando a melhor

(..) cuja fonte de poder e cuja reivindicação de renda não decorriam d produção de mercadorias, mas da propriedade; que a propriedade dava a algumas pessoas “o direito de colher o que não tinham plantado” e que a proteção dos direitos de propriedade pelo Governo era, basicamente, uma “defesa do rico contra o pobre”. (HUNT, 1981, p. 82).

Adam Smith enfatiza que a riqueza de uma nação deve ser medida pela riqueza do seu povo e não pela riqueza dos príncipes, ou seja, da classe governante.

1.3.2 A visão de Malthus

Thomas Robert Malthus, 1766-1834, ficou conhecido pela publicação do Ensaio Sobre a População, de 1798, onde demonstra seu pessimismo quanto à possibilidade da felicidade humana. De acordo com o seu tempo histórico, Malthus vivia num momento em que o setor agrícola não era capaz de gerar alimentos para todos os indivíduos e, dessa forma, houve a mudança da população do campo para a cidade.

De acordo com o momento e mencionado em seu livro, Malthus já registrava a desvantagem das classes de menor renda nas cidades que sofriam com a miséria. “Malthus, fatalista, considerava ser a pobreza o fim inevitável do homem, visto que a população cresceria à taxa superior à da produção de meios de subsistência”. (MALTHUS, 1996, p.7).

Por isso que Malthus considerava que o crescimento da população cresceria em progressão geométrica, enquanto a oferta de alimentos cresceria em progressão aritmética, faltando, desta forma, alimentos para uma grande parte da

população. Esta teoria não se concretizou, pois houve a evolução de varias técnicas produtivas na agricultura, além de novos meios de prevenção a natalidade.

Gastaldi (1999) explica que por Malthus a população de cada país dobraria a cada 25 anos (2, 4, 6...) e os meios de subsistência, no mesmo período, apenas somaria (1, 2, 3,...).

No que tange a salário pago aos trabalhadores, entende Malthus (1996, p.131) como sendo determinado pela “*oferta e procura de trabalho, comparativamente à oferta e procura do que é pago em troca do trabalho*”. A população também se divide entre capitalistas e trabalhadores, porém a classe trabalhadora depende além do seu esforço do crescimento dos recursos do país e dos hábitos da população para melhorar suas condições.

O autor, no século XIX, passou a se preocupar com o conflito de classes entre os e os proprietários de terra e os capitalistas, conforme descreve HUNT (1981), com essas duas classes a força de trabalho teria se transformado em mercadoria.

Em primeiro lugar, diversamente de Smith, que via o trabalho como o único custo absolutamente necessário da produção, Malthus argumentava que os salários, os aluguéis e os lucros eram, todos, igualmente necessários. Em segundo lugar, não achava que as forças de mercado da oferta e procura deslocariam obrigatoriamente o preço de mercado em direção ao preço natural. Estas duas diferenças eram significativas. (HUNT, 1981, p. 100).

Os lucros eram justificados por Malthus de uma forma simples. Conforme Hunt (1981), o lucro seria o retorno sobre uma contribuição produtiva dos capitalista, por isso complementava:

Os operários podiam produzir mais quando tinham instrumentos e máquinas do que quando não os tinham. Isso aumentava a produtividade e ocorria porque os capitalistas permitiam que seus instrumentos e suas máquinas fossem usadas. (HUNT, 1981, p.101).

É dessa forma que HUNT (1981) justifica que Smith estava errado, porque os capitalistas realmente contribuíam para a produção e que as máquinas não eram simplesmente a representação no presente do trabalho passado.

Malthus queria resolver o problema da superprodução, por não aceitar a justificativa da lei de Say. Araújo (1988), explica que o problema se resolveria pelo aumento da demanda de bens de consumo, mas esse aumento não seria por parte dos trabalhadores que já recebiam baixos salários e nem por parte dos capitalistas

que mais investiam do que consumiam, esse aumento da demanda se daria por parte dos rentistas, aqueles que recebiam rendas.

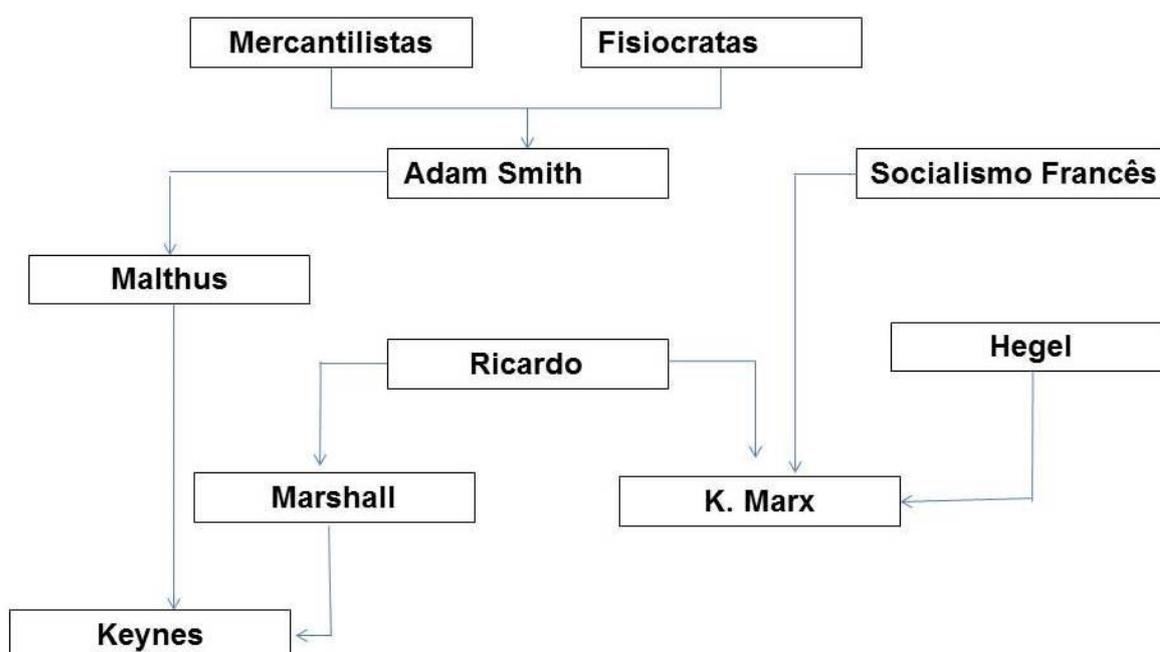
É fácil perceber também que, ao defender os latifundiários, Malthus se coloca em oposição frontal a Ricardo e toda aquela argumentação que este último apresenta para justificar a importação do trigo (comércio livre, etc). Malthus era favorável ao protecionismo. (ARAÚJO, 1988, p. 47).

É assim que Malthus torna os rentistas como indispensáveis na solução da superprodução.

1.3.3 A visão de Marx

Karl Marx, nascido em Trêves, Alemanha, tem como sua principal obra O Capital, publicado em 1867. Araújo (1988), ao relatar parte da história de Marx, evidencia que o mesmo tinha o desejo de conhecer o socialismo e a economia. Com todos os estudos, Marx acabou tendo sua obra conhecida como ponto de convergência do que havia de mais significativo na filosofia alemã, no socialismo francês e na economia política inglesa.

Figura 1 – Diagrama da sucessão das escolas econômicas, incluindo Marx



Conforme a figura 1, Marx sucedeu algumas escolas econômicas, mesmo tendo abordado diversos temas abordados anteriormente, ele foi original pela maneira com que sintetizou seu trabalho e dessa forma ficou tão conhecido.

Marx em seus trabalhos dá um grande enfoque para o trabalho. Hunt (1981) afirma que Marx determinou os valores de troca, o tempo de trabalho como trabalho simples e homogêneo e ainda dividia o trabalho em trabalho útil e trabalho abstrato. Para o autor, Marx define que trabalho abstrato era aquele que criava um valor de troca, ou seja, o valor de uma mercadoria representa o trabalho humano, ou até então, o gasto do trabalho humano. Já por trabalho útil, como sendo a causa do valor de uso das mercadorias, ou seja, produzia os valores de uso particulares de diferentes mercadorias.

Como diversos estudos e definições que Marx sintetizou, ele ainda define dentro do âmbito do trabalho, o trabalho necessário e o trabalho supérfluo, como segue na citação seguinte.

A relação do tempo de trabalho necessário e do tempo de trabalho supérfluo (é assim que ele aparece logo no começo do ponto de vista do trabalho necessário) se modifica nos diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas. Nos níveis mais produtivos da troca, os homens não trocam nada a não ser seu tempo de trabalho supérfluo; ele é a medida de sua troca, que não se estende aliás senão aos produtos supérfluos. Na produção fundada sobre o capital, a existência do tempo de trabalho necessário é condicionada pela criação do tempo de trabalho supérfluo. (MANDEL, 1968, p. 109).

Após definir trabalho de duas diferentes vertentes, Marx ainda explica o valor da força do trabalho. Araújo (1988) sintetiza sua definição primeiramente criticando os clássicos que usaram a teoria do valor-trabalho com diversas incoerências por medirem o valor dos bens pela quantidade de trabalho neles incorporadas. Marx não aceitava tão grande incoerência, por isso ele tenta distinguir o trabalho da força de trabalho.

A força de trabalho são as aptidões físicas e mentais que o trabalhador possui e que vende ao capitalista mediante um contrato (contrato de trabalho) antes de iniciar o trabalho propriamente dito. E esta força de trabalho tem um valor que é medido pelo tempo de trabalho necessário à sua reprodução. (ARAÚJO, 1988, p. 61).

Araújo (1988) mostra como Marx via a diferença entre trabalho e força de trabalho ele chega a conclusão de que o valor da força de trabalho é igual ao

valor dos bens necessários para que o trabalhador consiga sobreviver de forma digna.

Marx, em *O Capital* (1996), não deixa de lado o trabalho e mostra que a utilização da força de trabalho acaba sendo o próprio trabalho, sendo dessa forma que o capitalista compra a força de trabalho daquele que se despende a vendê-la. Ainda Marx, define que a jornada de trabalho não é constante, e sim variável. E argumenta:

É verdade que uma das suas partes é determinada pelo tempo de trabalho exigido para a contínua reprodução do próprio trabalhador, mas sua grandeza total muda com o comprimento ou a duração do mais-trabalho. A jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas em si e para si, indeterminada. (MARX, 1996, p. 346).

E assim, o capitalista se aproveita de toda forma aproveitando de todas as maneiras o valor de uso da mercadoria.

Como se observa, Marx contribuiu em diversas questões para a economia mundial, principalmente a economia política. Mas queremos aqui chegar nas classes sociais, e Marx também da sua contribuição nesse aspecto.

De acordo com a tradição marxista, as classes sociais são grandes grupos sociais definidos por sua inserção nas relações fundamentais de produção dentro de um sistema econômico e social particular. Duas classes básicas existem no capitalismo: a classe dominante, que controla o Estado e se apropria do excedente econômico na forma de lucros e juros, e a classe trabalhadora. Essas duas classes são definidas pelo papel que desempenham na produção, resultado direto da divisão social do trabalho." (BRESSER, 1981, p. 1).

Com essa contribuição de Bresser (1981), relando a divisão das classe sociais em duas classes importantes, voltamos ao que Marx defendia, de um lado estão os capitalistas, aqueles que empregam seu capital em detrimento do lucro e do outro lado os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em busca de salários que darão a possibilidade conseguir a sobrevivência do mesmo e de sua família.

Para Marx, o que caracteriza uma classe social é sua posição no processo de produção, sua relação com o sistema de propriedade. No capitalismo, ele identificou duas classes sociais principais: burguesia (proprietários dos meios de produção) e proletariado (trabalhadores que vivem de salário). Seria essa, também, a base objetiva dos conflitos político-sociais e das transformações históricas. (SANDRONI, 1999, p. 101).

E é também dessa maneira que Sandroni (1999) também define as classes sociais.

1.3.4 A visão de Hobson

John Atkinson Hobson, nascido em julho de 1858 e falecido em abril de 1940, teve como sua primeira obra importante “*A evolução do capitalismo moderno – Um estudo da produção mecanizada*” antes de se destacar com seu trabalho mais famoso “*O Imperialismo*”.

Hobson fez seu estudo iniciando com as origens do capitalismo e quais eram seus instrumentos de expansão, analisando o capitalismo moderno. O autor discute as questões dos salários que envolve a classe econômica menos favorecida, os trabalhadores.

É verdade que uma elevação de salários é quase sempre atendida a partir de uma elevação da produtividade; mas a recíproca não é verdadeira. A parcela que vai para os salários (se é que alguma) depende das condições e requerimentos da organização do trabalho nas várias indústrias. Assim, a “economia de altos salários” que, segundo os autores do seu tempo (e do nosso), deveria acompanhar necessariamente o aumento da produtividade na indústria mecanizada, só se verifica em forma generalizada se se confundir com o poder de consumo das grandes massas trabalhadoras. (HOBSON, 1996, p.6).

Assim, os trabalhadores, ou assalariados só teriam condições melhores de salários caso sua produtividade aumentasse, isso porque Hobson seguia a ideia progressista onde a sociedade industrial traria uma nova e boa sociedade. Hobson (1996) explica que para as causas para a acumulação de riqueza, sempre contribuirá para a formação de uma classe trabalhadora proletária.

A existência de uma população capaz de gerar novas necessidades não só contribuirá para fomentar a acumulação, criando a possibilidade de grandes vendas lucrativas, como também estimulará o desenvolvimento dos ofícios artesanais, que por sua vez reagirão sobre o público consumidor, dando origem a novas necessidades. Tal atmosfera de progresso técnico, tanto na produção como no comércio, cultivará a vontade e a capacidade da organização capitalista. (HOBSON, 1996, p. 26).

Essa população que fomentava a acumulação de capital, trabalhavam para os nobres ou pequenos proprietários de terra que em alguns casos transferiram para o comércio o que acumulou pelas rendas das terras. E ainda haviam os funcionários encarregados dos impostos e taxas da população. O que Hobson quer mostrar que em sua época a origem da riqueza vinha exclusivamente da renda da terra.

Isso significava um aumento de população rural, superior aos meios de subsistência providos pelo solo, de acordo com as formas correntes de agricultura e de posse da terra; significava, também, um aumento da população urbana, incapacitada de ganhar a vida como artífice ou artesão independente. (...) Da mesma maneira que associamos os primórdios do "capital" à acumulação de rendas da terra, devemos também associar os primórdios de uma classe assalariada móvel a mudanças na agricultura e na indústria, em virtude das quais grande número de habitantes das zonas rurais perdeu seu antigo status de pequenos proprietários ou ocupantes de terras, ou como trabalhadores com alguma participação nos lucros do estabelecimento agropecuário, que eles ajudaram a desenvolver. (HOBSON, 1996, p. 36).

Mesmo com diversos pontos negativos dessa mudança da população saindo do campo para as cidades que estavam se desenvolvendo, houve uma melhora para os assalariados e iniciou a formação de uma nova classe que era o proletário, que eram pequenos patrões que já tinham seus negócios na cidade e outros que já haviam nascido na mesma.

2. POPULAÇÃO, RIQUEZA E CONSUMO – ASPECTOS NOTÓRIOS NA FORMAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS

Nesse capítulo será abordado os conceitos de população, riqueza e consumo, com o foco em demonstrar qual a influência que os mesmos exercem sobre a divisão da sociedade em classes sociais.

O crescimento da população amplia as potencialidades da expansão da produção a longo prazo. Resta ver, contudo, se um aumento da população também propicia um estímulo ao desenvolvimento a longo prazo, contribuindo para o uso efetivo dessas potencialidades. (KALECKI, 1996, p. 185).

Nessa citação, Kalecki demonstra a importância da população para o desenvolvimento de uma nação, assim como o consumo e a riqueza. Mill (1996) contribui também para desenvolver como o consumo se dá por parte dos trabalhadores.

E se ele próprio conduz suas operações, o montante de suas despesas pessoais e de seu domicílio, que não excede a uma porção razoável de seu trabalho, a preço de mercado, deve ser considerado parte de seu capital, gasto, como qualquer outro capital, para a produção: e o seu consumo pessoal, na medida em que consiste de necessidades básicas, seu consumo produtivo. (MILL, 1996, p.15).

Em continuidade do trabalho veremos então a influência dos conceitos para o presente trabalho.

2.1 POPULAÇÃO – UMA VISÃO RELEVANTE

A população é peça fundamental para o desenvolvimento de uma economia. Sandroni (1999), entende como população um conjunto de indivíduos da mesma espécie, em determinado local e tempo.

O homo sapiens habita a Terra há cerca de 50 mil anos. Calcula-se que na época de Cristo a população mundial era de cerca de 300 milhões de pessoas; em 1650, chegava a 545 milhões, passando para 1,068 bilhão em 1900 e atingindo 4 bilhões em 1976. (SANDRONI, 1999, p. 482).

Ainda como contribuição de Sandroni (1999), o crescimento da população nos últimos séculos se deve à invenção de medicamentos e ao incremento do saneamento básico na maior parte da população.

Houve um aumento significativo da população, mas atualmente, observa-se uma tendência de estabilidade e até queda, muito pelo fato de haver hoje mais informações para todos. Lembrando que cada região ou país apresenta um crescimento diferente, tudo dependendo de seu desenvolvimento. Observa-se em países mais pobres as taxas de crescimento serão sempre maiores, já nos países ricos essa taxa tende a zero.

A distribuição demográfica também é muito variável: metade da população habita apenas 5% da superfície do planeta. O termo também aparece como conceito estatístico, significando “Universo”. (SANDRONI, 1999, p. 482).

Observa-se então alguns aspectos que influenciam no crescimento da população: o nível de desenvolvimento de cada país, a distribuição demográfica. De acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), desde 1950 que foi 5 anos após a criação da mesma a população mundial estimada era de 2,6 bilhões de pessoas, em 1987 esse número já era de 5 bilhões e em 2009 esse número já era estimado em aproximadamente 7 bilhões.

Tabela 1 – Indicadores mundiais e regionais.

Dados mundiais e regionais	População total em milhões, 2011 total	População em milhões, 2011	
		Masculino	Feminino
Total Mundial	7.825,00	3.942,70	3.882,50
Regiões mais desenvolvidas	1.240,40	603,10	637,30
Regiões menos desenvolvidas	5.733,70	2.914,20	2.819,50
Países menos desenvolvidos	851,10	425,40	425,70
Estados Árabes	360,70	185,00	175,70
Ásia e Pacífico	3.924,20	2.008,00	1.916,20
Leste Europeu e Ásia Central	473,70	226,60	247,00
América Latina e Caribe	591,40	292,10	299,30
América do Norte	1.653,70	820,50	833,50
África Subsaariana	821,30	410,50	410,80

Fonte: Relatório sobre a situação da população mundial em 2011 – UNFPA p. 127.

A tabela a cima mostra a configuração da população mundial em 2011, por gênero e o total, conforme os dados disponíveis no Relatório UNFPA-ONU. Há aproximadamente 7 bilhões de habitantes no mundo, sendo que a mesma está praticamente dividida igualmente entre os sexos feminino e masculino.

Aproximadamente 18% da população mundial encontra-se nas regiões mais desenvolvidas, que abrange a América do Norte, Japão, Europa, Austrália e Nova Zelândia. A maior parte da população se concentra nas regiões menos desenvolvidas, 82%, que compreende o continente Africano, América Latina e Caribe, Ásia (com exceção do Japão), Melanésia, Microésia e Polinésia, ou seja, é nesse grupo em que o Brasil se insere.

Observando-se a população de outro ângulo, o Brasil está contido dentro da América Latina e Caribe que corresponde a 8% do total da população mundial, dessa forma a maior parte da população se concentra na Ásia e Pacífico correspondendo a 56% do total.

Ainda de acordo com dados do Relatório UNFPA-ONU, em 2050 a população mundial poderá atingir 9,6 milhões de pessoas e, dessa forma, serão necessários três planetas para suprir as necessidades da população mundial. Isso porque há um aumento contínuo da degradação ambiental e ameaças de mudanças climáticas que interferem na produção de todo o mundo. Por isso, muitos pesquisadores buscam por medidas e ferramentas para contribuir para o consumo e para haver uma população com medidas mais sustentáveis no futuro próximo.

Ao se analisar a série histórica brasileira da população, de acordo com dados do IBGE, verifica-se um crescimento mais acentuados em alguns períodos com uma redução posterior, conforme pode-se constatar na tabela abaixo e no próximo gráfico.

Tabela 2 – Evolução da população brasileira total, urbana e rural – 1940 a 2010

Ano	População brasileira			Participação em relação a população total	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133	31,24%	68,76%
1945	45.729.317	15.261.562	30.467.755	33,37%	66,63%
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	36,16%	63,84%
1955	60.171.493	24.062.745	36.108.748	39,99%	60,01%
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	44,67%	55,33%
1965	81.173.813	40.620.668	40.553.145	50,04%	49,96%
1970	93.134.846	52.097.260	41.037.586	55,94%	44,06%

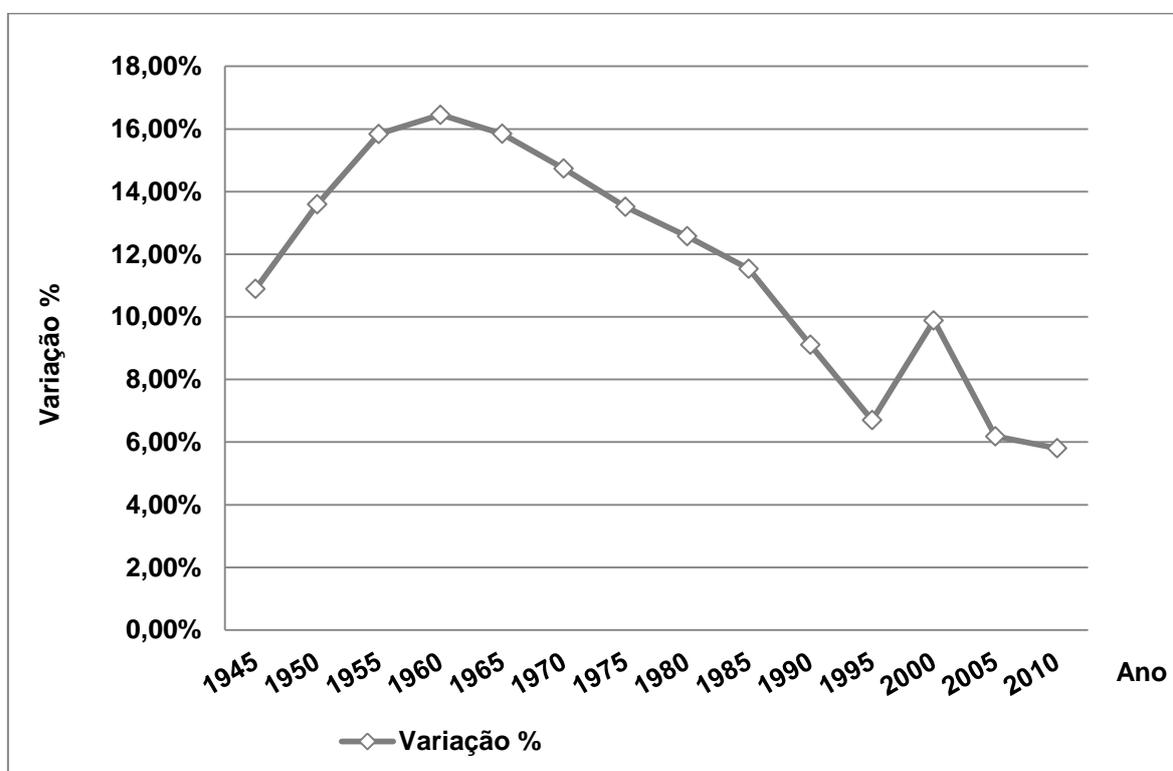
Tabela 2 – Evolução da população brasileira total, urbana e rural – 1940 a 2010

Cont.

Ano	População brasileira			Participação em relação a população total	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1975	105.717.932	65.626.131	40.091.801	62,08%	37,92%
1980	119.011.052	80.437.327	38.573.725	67,59%	32,41%
1985	132.735.867	95.418.978	37.316.889	71,89%	28,11%
1990	144.825.152	108.714.709	36.110.443	75,07%	24,93%
1995	154.524.262	120.074.996	34.449.266	77,71%	22,29%
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25%	18,75%
2005	180.296.251	150.282.543	30.013.708	83,35%	16,65%
2010	190.755.799	160.925.792	29.830.007	84,36%	15,64%

Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

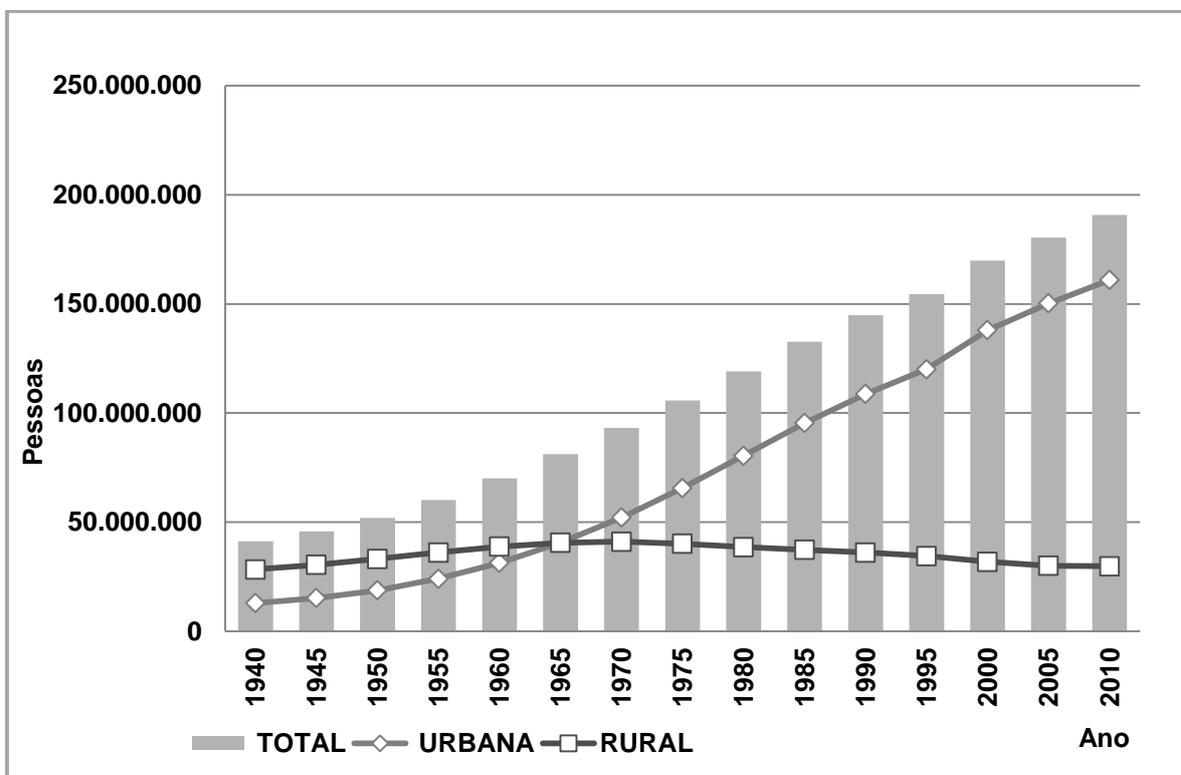
Elaboração: a Autora

Figura 2 – Gráfico da evolução relativa população brasileira total – 1940 a 2010.

Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Elaboração: a Autora

Figura 3 – Gráfico da evolução da população brasileira total, urbana e rural – 1940 a 2010.



Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Elaboração: a Autora

Conforme a tabela 2, o crescimento da população brasileira na década de 1940 para a de 1950 foi de 25,97%. Nesse período, a industrialização nascente promove uma nova classe: o proletariado.

Na década seguinte o crescimento da população brasileira teve um boom em 1960, um aumento de 34,90%. No período de 65 até 70 o crescimento que foi de 14,74% em apenas 5 anos. Nesta época a preponderância da população rural sobre a urbana sofre uma inversão. Foi um período excepcional do desenvolvimento brasileiro, durante o período militar, um momento áureo que desenvolveu nosso país mas também aumentou a concentração de renda e da pobreza.

De acordo com dados do IBGE a população brasileira vem crescendo desde 1872. No primeiro ano analisado havia no Brasil aproximadamente 10 milhões de habitantes. Houve a partir de então uma série constante de crescimento populacional. O maior crescimento notável se da no

período de 1900 a 1920, onde a população apresentou um crescimento de 76%, foi um período em que o Brasil ainda atraía imigrantes para o trabalho nas lavouras de café. De acordo com Prado (1987), o primeiro decênio do século XX mostravam o apogeu da economia brasileira que estava voltada para a produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação.

A tabela 2 nos mostram ainda o percentual de crescimento após 1960 vem diminuindo, a população continua crescendo no país, mas em proporções menores. O dados de 2010 mostram que a população brasileira já passava de 190 milhões de habitantes. Em agosto de 2014, segundo o próprio IBGE, a população brasileira já ultrapassa os 203 milhões de habitantes.

Essa redução da taxa de crescimento demográfico, verdadeira surpresa, denota a melhora do padrão de vida da população. Com o aumento da renda individual e do PNB, tendem a melhorar as condições da população, podendo-se prever nova redução da taxa de natalidade. (GASTALDI, 1987, p. 413).

Em se mantendo os fatores determinantes do crescimento populacional brasileiro, o IBGE estima a população brasileira crescente até a década de 2040, onde passará a sofrer uma redução, conforme pode-se observar na tabela abaixo

Tabela 3 - Projeção da população

Ano	2020	2030	2040	2050	2060
População projetada	212.077.375	223.126.917	228.153.204	226.347.688	218.173.888

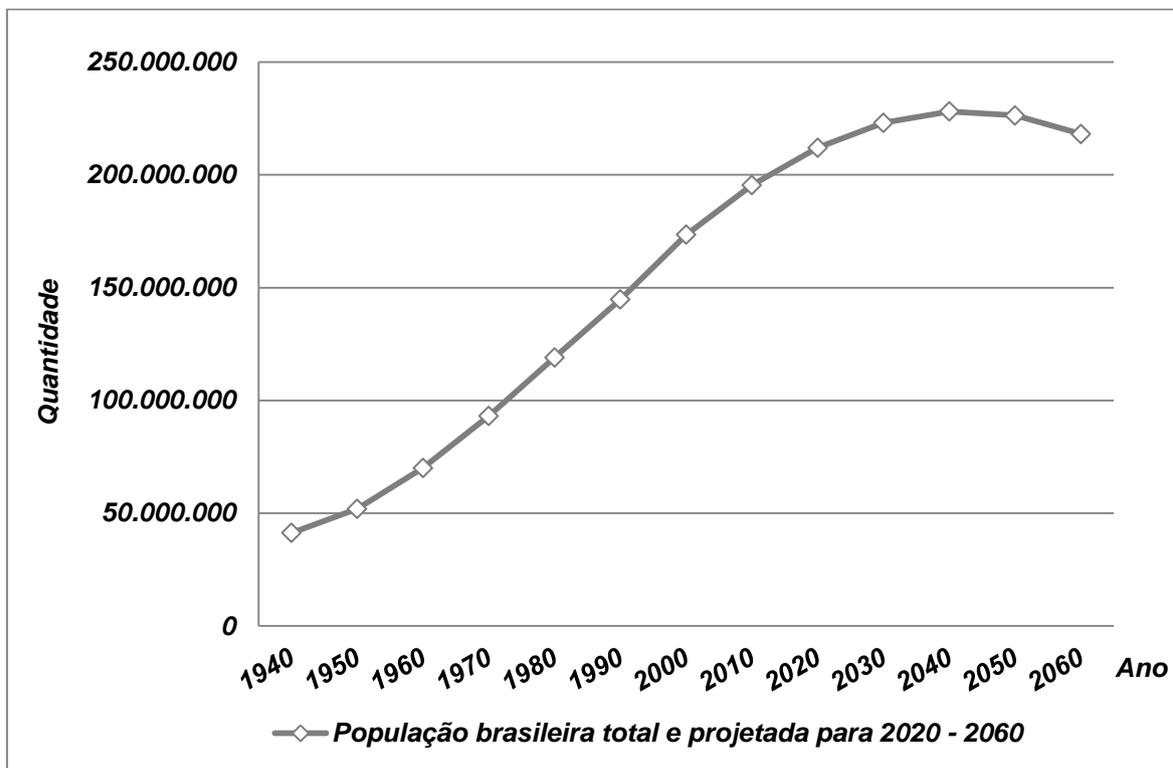
Fonte: IBGE – disponível em <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 28 jun. 2014.

Elaboração: a Autora

De acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE, em 2020 a população brasileira será de aproximadamente 212.077.375 habitantes. E o país terá sua maior população na década de 2040, com 228.153.204 pessoas. Após esse período a tendência de crescimento populacional se inverte e a população começará a diminuir. Em 2060, a população deverá regredir para 218.173.888 brasileiros.

Associando os dados projetados com os valores dos censos demográficos tem-se o comportamento da população brasileira para o intervalo de 1940 a 2060, demonstrado na figura 4.

Figura 4 – Gráfico da população brasileira total e projetada para 2020 – 2060.



Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Elaboração: a Autora

2.2 RIQUEZA – FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Riqueza por Sandroni (1999) seria o conjunto de bens e serviços à disposição de uma coletividade, um grupo social ou um indivíduo. Hunt (1981) sugere que a riqueza seria os objetos materiais necessários, úteis ou agradáveis para o homem.

Em termos amplos, é o produto social, apropriado de forma diversa pelos indivíduos em determinada estrutura social. A participação de cada grupo ou de cada indivíduo na riqueza social depende do nível de renda individual (que deriva da utilização econômica da riqueza). O conceito de riqueza nacional, muito utilizado pelos economistas clássicos, representa o conjunto dos bens materiais existentes no país. Os primeiros estudos sobre a riqueza nacional foram realizados por William Petty no século XVII. Adam Smith tratou o tema de forma mais sistematizada no período

de afirmação do capitalismo com sua obra A Riqueza das Nações. (SANDRONI, 1999, p. 532).

Dessa forma, a riqueza de um país ou grupo social depende do nível de renda que cada um possui. E ainda Smith complementa essa afirmação em seu trabalho, dando uma maior importância as exportações dos países capitalistas.

Os preconceitos criados pelo sistema comercial nos levaram a crer que a riqueza nacional provém mais imediatamente da exportação do que da produção. Por isso, a exportação tem sido mais favorecida como meio mais imediato para trazer dinheiro ao país. (SMITH, 1996, p.23).

Para muitos autores, riqueza esta associada também ao bem-estar da sociedade como um todo. Myrdal (1996) é um grande defensor dessa associação entre riqueza e bem-estar pois defende que seus significados não mudam, só mudaria se houvesse uma interpretação de cunho mais psicológico sob influência utilitarista mas, ao contrário, no cunho econômico poderia ser utilizado ambas as palavras para o mesmo conceito.

A riqueza de uma nação ou de um indivíduo não esta dividida igualmente entre todos, por isso temos países muito ricos e países muito pobres. Isso também acontece com a população, alguns muito ricos e outros muito pobres.

Marx formulou uma lei geral absoluta da acumulação capitalista, segundo a qual se concentra, num pólo, a massa cada vez maior de riquezas à disposição do capital, enquanto, no pólo oposto, aumenta a miséria das massas trabalhadoras. (MARX, 1996, p.41).

E é conforme Marx (1996) afirmou em seus estudos que acontece. Normalmente a acumulação de riqueza vai para as mãos daqueles que já a possuem e os que não possuem quase nada continuam com pouco.

De acordo com as informações disponíveis no *The Legatum Prosperity Index*, de 2013, divulgado pela Legatum Institute, é possível verificar os países de acordo com sua riqueza, levando em consideração a economia, o empreendedorismo, a educação e a qualidade de vida da população.

A riqueza de uma nação não se mede somente pela economia, são diversos índices para se conseguir chegar a uma colocação de riqueza. Na pesquisa apresentada acima tem-se como país mais rico a Noruega, que ocupa no ranking geral a primeira posição no quesito economia, quarto em educação e e quinta em saúde. O Brasil nessa pesquisa ocupou o 46º lugar no ranking geral,

tendo sua melhor classificação na economia, 32°, uma posição ruim na educação, 77° e 62° na saúde. Lembrando que esse ranking analisou 142 países, e o último colocado, como com menos riqueza foi Chad, país Africano com índices de nível baixíssimo.

Tabela 4 - Classificação dos países segundo a economia, educação e saúde, conforme o *The Legatum Prosperity Index – 2013*.

Colocação	País	Economia	Educação	Saúde
1°	Noruega	1°	4°	5°
2°	Suíça	2°	27°	3°
3°	Canadá	6°	3°	11°
6°	Dinamarca	23°	18°	14°
11°	Estados Unidos	24°	5°	2°
30°	Uruguai	42°	51°	40°
35°	Chile	30°	59°	49°
46°	Brasil	32°	77°	62°
142°	Chad	104°	141°	142°

Fonte: The Legatum Prosperity Index – 2013, disponível em <http://www.prosperity.com>, acessado em 28-07-2014.

Elaboração: a Autora

Conforme os dados da tabela 5, no âmbito brasileiro com dados de 1979 a 2009, como a riqueza, observando a participação da renda familiar, está dividida no Brasil.

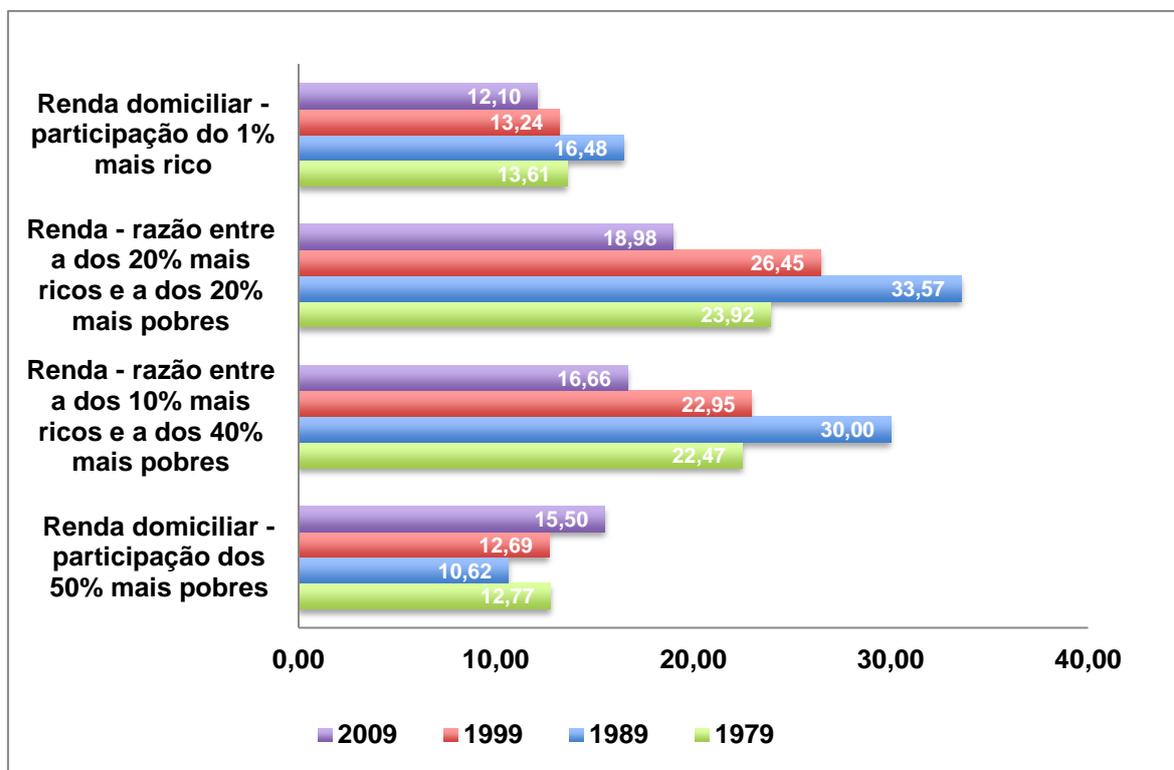
Tabela 5 - Renda domiciliar brasileira e razão entre os mais ricos e os mais pobres

Ano	Renda domiciliar - participação dos 50% mais pobres	Renda - razão entre a dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres	Renda - razão entre a dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres	Renda domiciliar - participação do 1% mais rico
1979	12,77	22,47	23,92	13,61
1989	10,62	30,00	33,57	16,48
1999	12,69	22,95	26,45	13,24
2009	15,50	16,66	18,98	12,10

Fonte: IPEADATA. Acesso em 28 jun. 2014.

Elaboração: a Autora

Figura 5 – Gráfico da renda domiciliar brasileira e razão entre os mais ricos e os mais pobres.



Fonte: IPEADATA. Acesso em 28 jun. 2014.

Elaboração: a Autora

Conforme Smith (1996),

(...) nada poderia ser mais agradável ao espírito do sistema mercantil do que uma espécie de subsídio à produção do dinheiro, exatamente aquilo que, de acordo com o citado sistema, constitui a riqueza de cada nação. O dinheiro é um dos muitos expedientes admiráveis desse sistema para enriquecer o país. (SMITH, 1996, p. 56).

Os dados acima demonstram como a riqueza analisada pelo ângulo da renda familiar esta se comportando nos últimos 30 anos. Na população brasileira, os 1% mais ricos apresentou uma diminuição na sua participação, sua maior participação registrada foi em 1989.

Se for observado a parcela da população contendo os 20% mais ricos e os 20% mais pobres pode se ver a desigualdade de riqueza existente. Esse índice também apresentou queda no período. O que sugere que provavelmente essa desigualdade tenha diminuído. Outro dado que sugere uma diminuição da desigualdade é a relação entre os 10% mais ricos com os 40%

mais pobres, pois apresenta, também, uma queda significativa dos números de desigualdade.

Na última comparação, quando se analisa o comportamento da renda dos 50% mais pobres nota-se que houve um crescimento no período analisado.

Cada trabalhador, na ausência de outros motivos, deve dedicar sua energia à acumulação de riqueza. Um cálculo superior da Moral do certo e do errado seria necessário para mostrar como ele pode empregar da melhor maneira aquela riqueza para o bem tanto de outros como de si mesmo. (JEVONS, 1996, p. 56).

Poderia concluir-se, então, que o valor que diminuiu dos mais ricos, provavelmente se concentrou nos mais pobres e isso nos mostra que pode estar havendo no país uma diminuição da desigualdade de riqueza.

2.3 CONSUMO - A DEPENDÊNCIA DA RENDA

O consumo é uma variável fundamental quando se fala da renda. Parte da renda ou toda ela é gasta em consumo. Miglioli (1979) quando descreveu o esquema de reprodução sugerido por Kalecki mostrava que para ele, por existir apenas duas classes sociais (capitalista e os trabalhadores), as classes sociais possuíam diferentes formas de consumir. Os trabalhadores, para Kalecki, não poupavam nada de sua renda, consumiam todo seu salário. Já os capitalistas, consumiam parte de sua renda e a outra investiam para aumentarem seus lucros.

Se observar o conceito propriamente dito de consumo verifica-se que, para Sandroni (1999), o consumo é uma forma de satisfazer as necessidades humanas, essas que dependem de cada indivíduo em particular e que pode ser influenciadas pela sua idade, sexo e também seu nível de renda.

É o objetivo e a fase final do processo produtivo, precedida pelas etapas de fabricação, armazenagem, embalagem, distribuição e comercialização. (...) Geralmente, o consumo é considerado uma atividade que se desenvolve no âmbito da família, definida como unidade de consumo. Mas há também o consumo no interior das empresas — especialmente nas fábricas — que utilizam insumos ou bens provenientes de outras unidades produtivas (consumo produtivo). Trata-se de saber de que modo podem os produtores conhecer as necessidades dos consumidores, ou seja, como a produção se ajusta ao consumo. (SANDRONI, 1999 p. 126).

Froyen (1999) explica que na teoria Keynesiana o consumo desempenha papel fundamental na determinação da renda. E assim ele determina a propensão marginal a consumir, pois Keynes defende que o consumo aumentará de acordo com o aumento na renda disponível, mas o aumento no consumo será proporcionalmente menor que o aumento na renda disponível.

O montante que a comunidade gasta em consumo depende, evidentemente: (i) em parte, do montante da sua renda; (ii) em parte, de outras circunstâncias objetivas que o acompanham; e (iii), em parte, das necessidades subjetivas, propensões psicológicas e hábitos dos indivíduos que o compõem, bem como dos princípios que governam a distribuição da renda entre eles (que são passíveis de modificações à medida que aumenta a produção). Os motivos que impelem a gastar caracterizam-se por sua interação, e uma tentativa de classificá-los pode levar a divisões arbitrárias. (KEYNES, 1973, p. 103).

Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2009) ainda contribuem observando que os pobres consomem praticamente tudo o que ganham de sua renda enquanto os ricos conseguem poupar por terem maiores níveis de renda e consumirem mais só que esse consumo ter uma participação menor no total da renda.

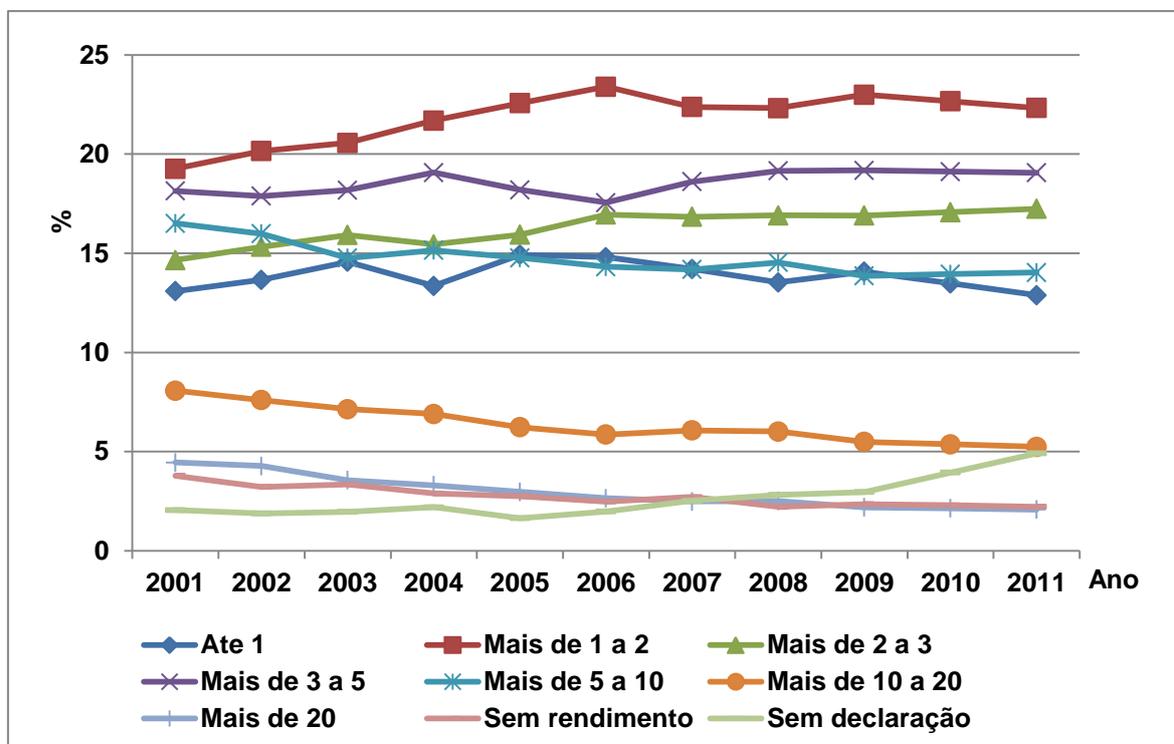
Tabela 6 - Distribuição relativa das famílias, por classes de rendimento mensal familiar (em salários mínimos) – em percentual.

Ano	Ate 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento	Sem declaração
2001	13,09	19,26	14,66	18,14	16,51	8,07	4,45	3,78	2,05
2002	13,66	20,16	15,33	17,89	15,99	7,60	4,27	3,22	1,88
2003	14,57	20,57	15,92	18,18	14,76	7,14	3,56	3,34	1,96
2004	13,35	21,69	15,45	19,07	15,15	6,90	3,30	2,89	2,20
2005	14,92	22,57	15,94	18,20	14,77	6,23	2,97	2,75	1,64
2006	14,80	23,40	16,95	17,56	14,32	5,86	2,65	2,48	1,98
2007	14,21	22,38	16,84	18,61	14,18	6,07	2,49	2,71	2,52
2008	13,53	22,32	16,91	19,16	14,54	6,01	2,51	2,21	2,82
2009	14,07	23,00	16,90	19,18	13,86	5,49	2,19	2,35	2,96
2010*	13,48	22,67	17,07	19,12	13,95	5,37	2,14	2,29	3,94
2011	12,89	22,33	17,24	19,06	14,03	5,24	2,08	2,22	4,91

Fonte: IBGE, disponível em http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=13&no=6, acessado em 28-07-2014.

Observação: * o ano de 2010 foi determinado pela Autora, por média entre os anos de 2009 e 2010, por não estar disponível na fonte pesquisada.

Figura 6 – Gráfico distribuição relativa das famílias, por classes de rendimento mensal familiar (em salários mínimos) – em percentual.



Fonte: IBGE, disponível em http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=13&no=6, acessado em 28-07-2014.

Observação: * o ano de 2010 foi determinado pela Autora, por média entre os anos de 2009 e 2010, por não estar disponível na fonte pesquisada.

Conforme visto, o consumo é papel fundamental para a determinação da renda. Dessa forma, pela tabela 6, é possível analisar a divisão da renda familiar por agrupamento de salários mínimos, em valores percentuais, que as mesmas receberam no período de 2001 a 2011.

Se for considerado o salário mínimo vigente em 2014, de R\$724,00 e se for utilizados os dados da tabela 6, que mostrou a divisão das classes brasileiras, de acordo com seu rendimento, tem-se que 32,35% dos brasileiros, em 2001, se classificariam como classe baixa brasileira e em 2011 esse percentual seria de 35,22%, ou seja, aumentou a quantidade de famílias pertencentes a classe baixa brasileira.

Analisando-se a classe média, conforme seu rendimento em 2001, constata-se que a mesma correspondia a 32,8% da população e em 2011 36,3%, ou seja, um aumento na quantidade de famílias pertencentes a classe média

brasileira. A classe alta seria em 2001 29,03% e em 2011 21,35%, diminuindo significativamente sua participação de famílias.

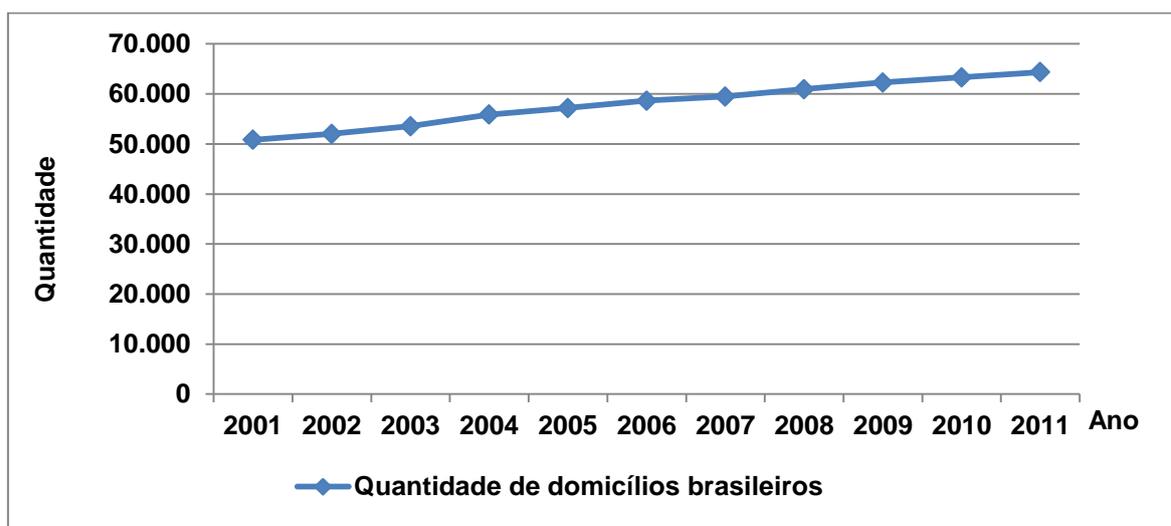
Tabela 7 - Bens duráveis existentes nos domicílios brasileiros

Ano	Quantidade de domicílios brasileiros	Domicílios com máquina de lavar roupa (%)	Domicílios com fogão (%)	Domicílios com filtro de água (%)	Domicílios com televisão (%)
2001	50.833	33,64	97,62	52,67	89,03
2002	52.025	33,89	97,73	53,12	89,93
2003	53.561	34,29	97,58	52,59	90,00
2004	55.879	34,3	97,47	51,33	90,19
2005	57.188	35,57	97,51	51,01	91,32
2006	58.656	37,27	97,64	50,26	92,87
2007	59.479	39,20	98,07	51,05	94,31
2008	60.934	41,52	98,23	51,56	95,13
2009	62.284	44,34	98,38	51,34	95,59
2010	63.321	47,66	98,50	52,28	96,23
2011	64.358	50,99	98,62	53,22	96,88

Fonte: IBGE, disponível em http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=13&no=6, acesso em 28-07-2014.

Observação: * o ano de 2010 foi determinado pela Autora, por média entre os anos de 2009 e 2010, por não estar disponível na fonte pesquisada.

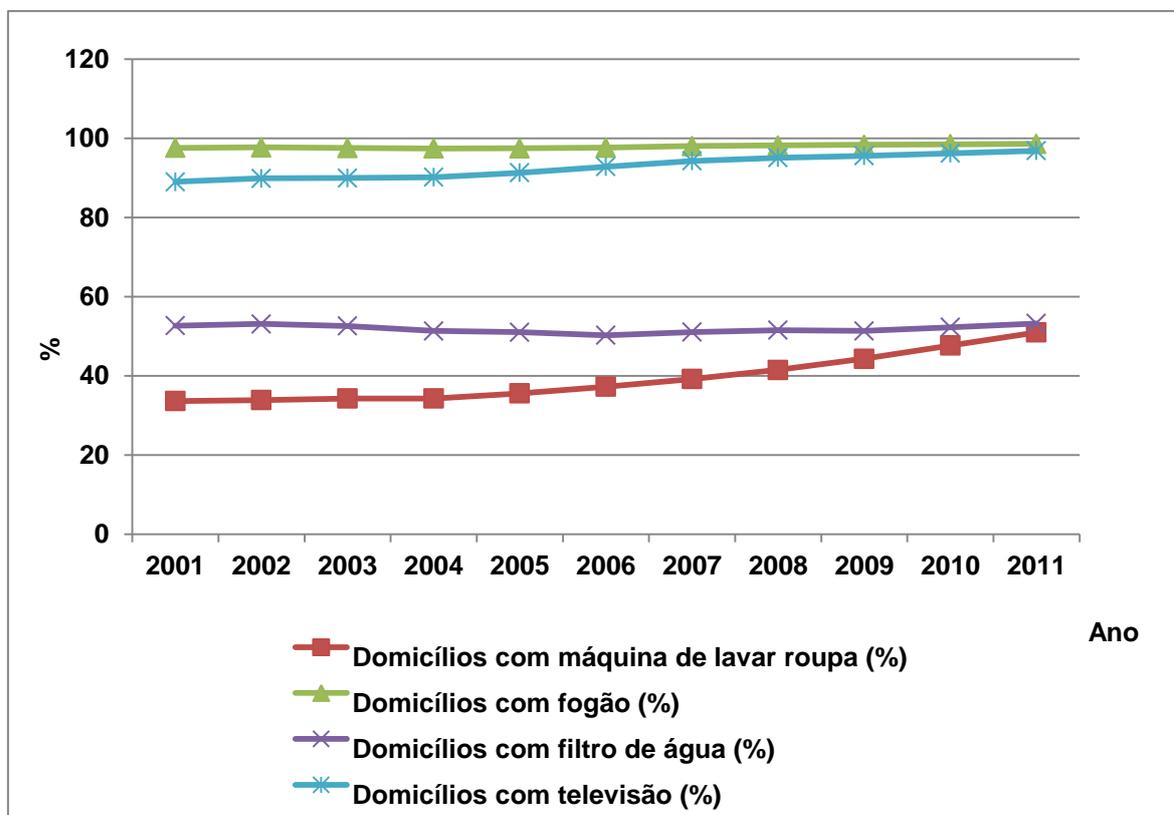
Figura 7 - Gráfico da quantidade de domicílios brasileiros 2001 - 2011.



Fonte: IBGE, disponível em http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=13&no=6, acesso em 28-07-2014.

Observação: * o ano de 2010 foi determinado pela Autora, por média entre os anos de 2009 e 2010, por não estar disponível na fonte pesquisada.

Figura 8 - Gráfico do percentual de domicílios brasileiros com bens duráveis 2001 -2011.



Fonte: IBGE, disponível em http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=13&no=6, acessado em 28-07-2014.

Observação: * o ano de 2010 foi determinado pela Autora, por média entre os anos de 2009 e 2010, por não estar disponível na fonte pesquisada.

Após analisar o rendimento médio da população brasileira, que é fator determinante para o consumo, tem-se aqui a quantidade de bens duráveis existentes nos domicílios brasileiros para se analisar se houve ou não um aumento no consumo, de acordo com o aumento na renda. O consumo das famílias de modo geral aumentou, para todos os utensílios listados o que significa que as famílias tiveram uma maior condição para conseguir comprar mais utensílios para seus respectivos lares.

2.4 IDH E SEU PAPEL PARA DETERMINAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS

O programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define como IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, como uma medida que resume o progresso de determinado país considerando três variáveis

fundamentais: renda, educação e saúde, com o objetivo de oferecer um outro indicador além do PIB que analisa apenas dimensões econômicas do desenvolvimento.

Esse índice é utilizado como uma variável mundial, podendo definir os países com melhores IDH e os piores. O índice vai de 0 a 1 e quanto mais perto de um mais desenvolvido em termos de renda, educação e saúde é a localidade. Segue abaixo a tabela do IDH de alguns países, dados de 2012.

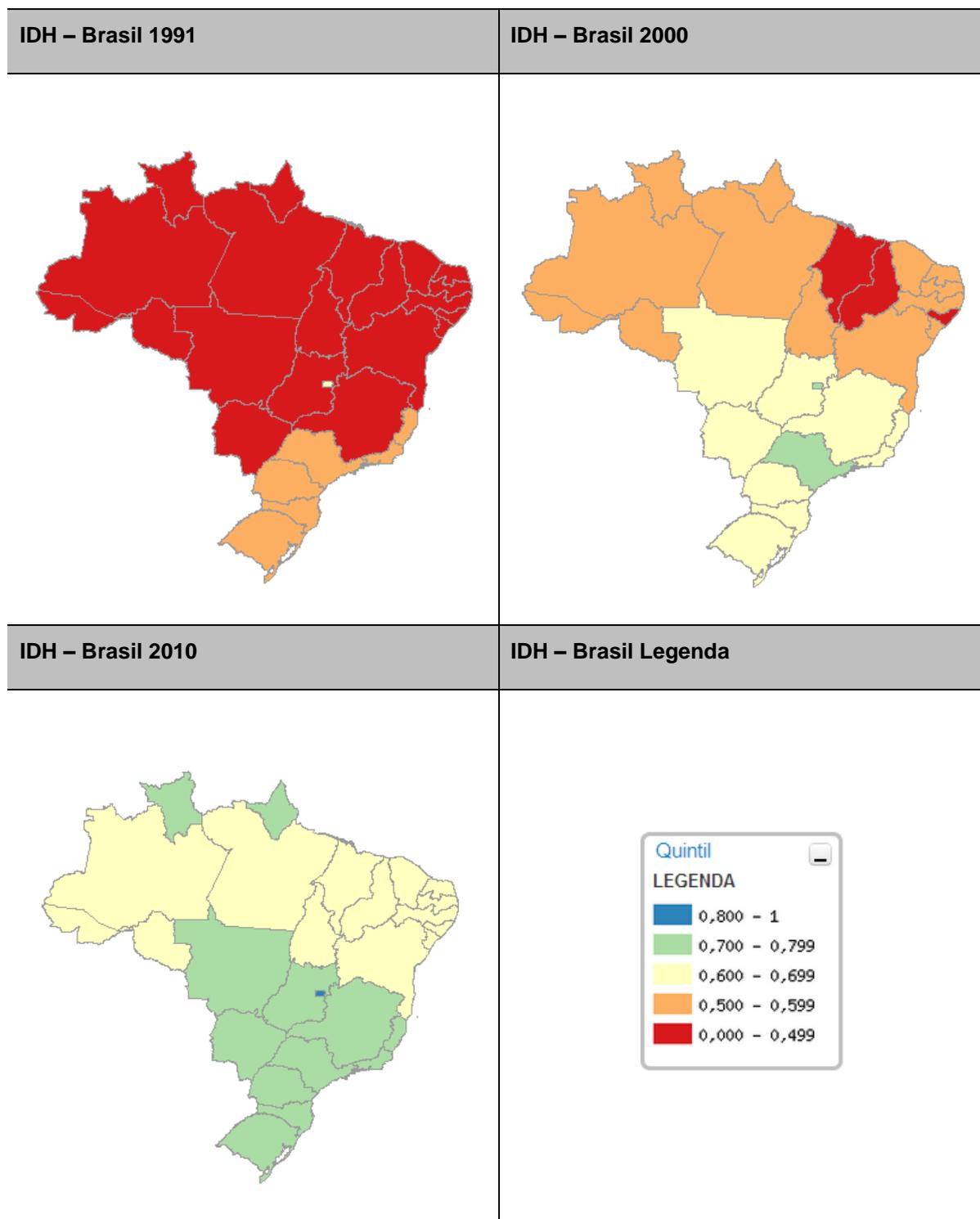
Tabela 8 - Ranking IDH Global 2012

Ranking IDH Global 2012	País	IDH 2012
1	Noruega	0,955
2	Austrália	0,938
3	Estados Unidos	0,937
48	Barain	0,796
49	Bahamas	0,794
85	Brasil	0,730
95	Tonga	0,710
96	Belize	0,702
96	República Dominicana	0,702
183	Burquina Faso	0,343
184	Chade	0,340
185	Moçambique	0,327

Fonte: PNUD, Ranking IDH Global 2012

De acordo com os dados da PNUD em 2012 o país com maior desenvolvimento humano foi a Noruega, com 0,955 a frente de Austrália e Estados Unidos que possuem índices considerados muito alto. Barain, Bahamas e Brasil possuem índices que se encaixam na classificação de IDH alto. Tonga, Belize e República Dominicana possuem IDH baixo e Burquina, Chade e Moçambique possuem os piores IDH e são classificados como muito baixo.

Observando o Brasil, nos anos 1991, 2000 e 2010 obtivemos uma melhora nos estados brasileiros quando analisamos o Índice de Desenvolvimento Humano podendo ser observados nos mapas a seguir:

Figura 9 – Índice de Desenvolvimento Humano – Brasil 1991, 2000 e 2010

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Tabela 9 - IDH Brasil e unidades da federação - 1991, 2000 e 2010.

Lugar	IDHM (1991)	IDHM (2000)	IDHM (2010)
Brasil	0,493	0,612	0,727
Acre	0,402	0,517	0,663
Alagoas	0,370	0,471	0,631
Amapá	0,472	0,577	0,708
Amazonas	0,430	0,515	0,674
Bahia	0,386	0,512	0,660
Ceará	0,405	0,541	0,682
Distrito Federal	0,616	0,725	0,824
Espírito Santo	0,505	0,640	0,740
Goiás	0,487	0,615	0,735
Maranhão	0,357	0,476	0,639
Mato Grosso	0,449	0,601	0,725
Mato Grosso do Sul	0,488	0,613	0,729
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731
Pará	0,413	0,518	0,646
Paraíba	0,382	0,506	0,658
Paraná	0,507	0,650	0,749
Pernambuco	0,440	0,544	0,673
Piauí	0,362	0,484	0,646
Rio de Janeiro	0,573	0,664	0,761
Rio Grande do Norte	0,428	0,552	0,684
Rio Grande do Sul	0,542	0,664	0,746
Rondônia	0,407	0,537	0,690
Roraima	0,459	0,598	0,707
Santa Catarina	0,543	0,674	0,774
São Paulo	0,578	0,702	0,783
Sergipe	0,408	0,518	0,665
Tocantins	0,369	0,525	0,699

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

A figura 9 mostra como houve uma evolução do IDH nos estados brasileiros e também no Brasil em geral, como na tabela 9. Em 1991, dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, 20 deles tinham seu IDH muito baixo, ou seja, com o índice abaixo de 0,5 e os outros 7 estados possuíam um IDH considerado baixo. Já em 2000 a situação geral do país se modificou para melhor. Nesse ano apenas 3 estados brasileiros ainda continuou com seu IDH no nível

muito baixo, 13 se classificaram no índice baixo, 9 já subiram para um IDH médio e 02 se classificaram como IDH alto (Distrito Federal e São Paulo).

Os últimos dados que se tem, 2010, continuou ainda uma evolução dos estados brasileiros nos quesitos educação, saúde e renda. Nesse ano não se tem mais estados com IDH muito baixo e nem baixo. Nossos estados foram classificados com IDH médio e IDH alto, 14 e 13 estados, respectivamente. Isso demonstra que nos quesitos analisados o Brasil vem evoluindo.

Pela dados, de um modo geral, no Brasil houve mesmo uma melhora nesse índice. O mesmo que era de 0,493 em 1991, em 2010 já havia evoluído para 0,727, que demonstra as melhorias no território brasileiro.

Entre as teorias "justificativas" está a do "capital humano": os diferenciais de renda refletiriam os diversos níveis de treinamento e escolaridade dos indivíduos.(...) a distribuição da renda se altera por influência de "choques aleatórios", que fariam aumentar ou diminuir a renda de cada pessoa. (SANDRONI, 1999, p. 521).

O IDH é fundamental para essa classificação pois quanto melhor a educação e a saúde maiores as chances de se obter uma maior renda familiar e assim ir evoluindo de classe.

3. A FORMAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS BRASILEIRAS

O Brasil possui uma distribuição populacional, por suas classes sociais, significativamente desequilibrada, reflexo do processo de colonização e do desenvolvimento das principais atividades econômicas que contemplavam os chamados ciclos econômicos. Mesmo com o processo de industrialização, as desigualdades entre as classes sociais se fazem presentes.

Este capítulo visa fazer uma síntese histórica do processo evolutivo das classes sociais brasileiras.

3.1 O BRASIL COLÔNIA

Desde a descoberta do Brasil, no século XV, a composição das classes sociais e sua diferenciação ficaram nítidas, com a concentração de renda nas mãos de alguns, aqueles que detinham o capital. A princípio, os portugueses só vinham ao Brasil para extrair o pau-brasil e leva-lo para Portugal. Nessa fase o trabalho era feito pelos índios, que em troca ganhavam coisas fúteis que não tinha nenhum valor econômico.

Após a divisão do território brasileiro em 15 capitanias, sendo que algumas foram doadas para o mesmo donatário, totalizando capitanias hereditárias, conforme enfatiza Prado Jr. (1987), onde o Rei de Portugal escolheu quem seria os 'donos' daquelas terras, houve a primeira divisão que concentraria terras nas mãos de alguns com intuito de povoá-las e desenvolvê-las.

É notável que a desigualdade de renda não é um assunto atual, pois a história brasileira mostra que isso acontece desde o início da colonização.

Após a divisão do território brasileiro, cada capitania se desenvolvia num ritmo e com um foco, nessa fase se iniciava o avanço da agricultura no Brasil. É evidente que nem todas prosperaram, pois o interesse maior do donatário era obter lucro máximo com o mínimo de esforço possível.

Quadro 3 – Capitâneas hereditárias e seus donatários

Capitania Hereditária	Donatário
Maranhão	João de Barros e Aires da Cunha
Maranhão	Fernão Álvares de Andrade
Ceará	Antônio Cardoso de Barros
Rio Grande	João de Barros e Aires da Cunha
Itamaracá	Pedro Lopes de Sousa
Pernambuco	Duarte Coelho
Bahia	Francisco Pereira Coutinho
Ilhéus	Jorge Figueiredo Correa
Porto Seguro	Pedro do Campos Tourinho
Espírito Santo	Vasco Fernandes Coutinho
São Tomé	Pedro de Góis
São Vicente	Martim Afonso de Sousa
São Amaro	Pero Lopes de Sousa
São Vicente	Martim Afonso de Sousa
Santana	Pero Lopes de Sousa

Fonte: PEIXOTO, Afranio. História do Brasil. 2008.

A primeira atividade que obteve destaque foi a da cana de açúcar, onde o produto gerado, o açúcar, era voltado para a exportação.

Furtado (1973), mostra que com a economia açucareira desenvolvendo tão rápido, inviabilizou a utilização dos indígenas para essa função. Dessa forma a divisão das classes sociais nesse período ficou como sendo os donos do engenho eram os senhores que detinham o poder e o capital. Estes e suas famílias gozavam do melhor, importando seus produtos para consumo próprio de Portugal. Ao contrário dos mesmos, os escravos – trabalhavam nos engenhos – só tinham o que plantavam para sua subsistência. Já nesse período é explícito que poucos tinham muito, e muitos já tinham pouco. Além dos senhores e dos escravos havia ainda uma classe intermediária que eram os capatazes, homens de confiança dos senhores de engenho que tinham privilégios e os comerciantes locais que serviam os senhores e os capatazes.

Com a mobilidade acontecendo tão rapidamente, o desenvolvimento da cana, ainda por Furtado (1973) admitia que o montante de renda gerado por essa economia se concentrara fortemente nas mãos dos proprietários dos engenhos,

havia poucos assalariados no período, para dez escravos havia apenas um assalariado.

Para Furtado (1973) após o importante ciclo do açúcar, iniciou a economia mineira que abriu um ciclo migratório europeu novo para a colônia. A mineração, foi um ciclo importante para o Brasil, com o ciclo migratório houve o povoamento do centro-sul brasileiro por conta da descoberta das minas de ouro.

A população colonial de origem europeia decuplicou no correr do século da mineração. Cabe admitir, demais, que o financiamento dessa transferência de população em boa medida foi feito pelos próprios imigrantes, os quais eram pessoas de pequenas posses que liquidavam seus bens, na ilusão de alcançar rapidamente uma fortuna no novo eldorado (FURTADO, 1973, p. 75).

Com o crescimento e enriquecimento de alguns nesse ciclo, Furtado (1973) mostra até a participação de alguns escravos que chegam a trabalhar nesse momento nas minas por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que poderia possibilitar a compra de sua liberdade. Nesse ciclo também nota-se o aparecimento dos grandes comerciantes que se enriqueciam suprindo as necessidades dos escravos e mineradores da região.

Conforme Prado (1987), a população brasileira até o século XVIII já era mais de três milhões, considerando uma população livre de dois milhões, e a renda per capita não passava de cinquenta dólares de poder aquisitivo atual, esse nível de renda seria o mais baixo conhecido em todo o período colonial.

A decadência do ouro, do açúcar e acontecimentos políticos na Europa influenciaram a evolução política no país, mas trouxe também uma sequência de dificuldades até a metade do século XIX.

3.2 UM BRASIL INDEPENDENTE

O Brasil proclama sua independência em 07-09-1822 e, a partir de então, sua realidade começa a mudar. Furtado (1973), salienta que foi em um período de turbulências o surgimento do café como uma nova fonte de riquezas para o país e que, já no primeiro decênio de independência, sua importância comercial já se torna muito relevante, contribuindo com 18,00% do valor das exportações brasileiras.

Em 1872, a base de escravos já chegava a um milhão e meio, mas o país ainda sofria com a falta de mão de obra, pois a economia girava nesse momento à base da grande lavoura de café e era preciso certa prática. A escravidão é abolida (1888) pela Lei Áurea, e inicia assim um processo imigração. Prado (1987) observa como consequência da abolição:

(...) é que desapareceria com ele um dos itens mais vultosos do nosso comércio importador, representado anualmente por dezenas de milhares de escravos cujo valor, embora difícil de precisar, andaria na época em nível igual ao montante das demais exportações. (PRADO, 1987, p. 170).

Como os europeus estavam vivenciando um momento de crises, houve em meados de 1870 um processo de imigração de europeus para terras brasileiras, que se intensificou após a abolição da escravidão e o aparecimento dos trabalhadores livres. Prado (1987) salienta que no início o processo imigratório foi bem fraco, mas quando se deu o apogeu da lavoura houve um maior repercussão aqui.

Furtado (1973) não deixa de analisar também os outros produtos que ainda faziam parte da economia brasileira, além do café, no mesmo período outras economias também se desenvolviam em uma escala menor. O açúcar e o algodão ainda eram produzidos, não como no período auge, mas principalmente no nordeste ainda predominavam esses produtos. Houve o melhor desenvolvimento da economia de subsistência e ainda a borracha no final do século XIX obteve uma importante relevância na economia. O ciclo do café conseguiu expandir por um longo período de tempo.

Com a abolição da escravatura, ocorrida no final do século XIX, começa a ganhar corpo uma nova classe de trabalhadores assalariados que passam a exigir seus direitos em troca de seu trabalho. Aumenta dessa forma o trabalho assalariado, que foi de grande importância para o país, pois fazia girar a economia interna, permitindo maior mobilidade das pessoas. Dessa forma, os trabalhadores podiam comprar seus itens para a subsistência, alimentando assim outros setores, como o comércio. Conforme Furtado (1980), o salário médio brasileiro refletia um aumento da produtividade dada pela transição de uma economia estacionária para uma economia exportadora.

(...) renda dos assalariados e renda dos proprietários. O comportamento desses dois grupos, no que respeita à utilização da renda, é sabidamente

muito distinto. Os assalariados transformam a totalidade ou quase totalidade, de sua renda em gastos de consumo. A classe proprietária, cujo nível de consumo é muito superior, retém parte de sua renda para aumentar seu capital, fonte dessa mesma renda. (FURTADO, 1973, p. 152).

É assim então que o período é dividido, entre assalariados e proprietários, além dos comerciantes. E Furtado (1973) ainda complementa mostrando que os salários dos trabalhadores oferecem uma maior resistência à compressão dos lucros dos proprietários.

3.3 A ERA DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Conforme Luz (1978), o último quartel do século XIX ainda não tinha no Brasil um movimento coletivo a favor da industrialização. Encontravam-se apenas alguns indivíduos certos que sem a industrialização não era possível alcançar o verdadeiro progresso econômico. Ou seja, a população ainda não possuía um ideal de criar indústrias e aumentar o leque de produtos brasileiros para o mercado interno e externo, existiam apenas algumas indústrias para o consumo interno.

(...) a pobreza e a desigualdade existentes no Brasil são incompatíveis com a capacidade produtiva que nossa sociedade já adquiriu. Nesses aspectos como se sabe, estamos atrás de países muito mais pobres e muito mais frágeis. (BENJAMIN, 1999, p. 90).

Em 1930, Getúlio Vargas enfrentava uma enorme crise mediante ao período após a Grande Depressão, onde houve uma grande perda no mercado de café. Pires (2010) mostra que o governo de Vargas, com base na ampliação do crédito interno, retira do mercado mais de 50 milhões de sacas de café para tentar manter o nível de atividade do comércio, na indústria, nas finanças e nos serviços. O Brasil ainda era muito dependente da exportação do café, por conta disso a crise de 1929 poderia fazer a produção entrar em um colapso. Vargas precisou tomar tal atitude conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 - A política de valorização do café (em sacas de 60 quilos)

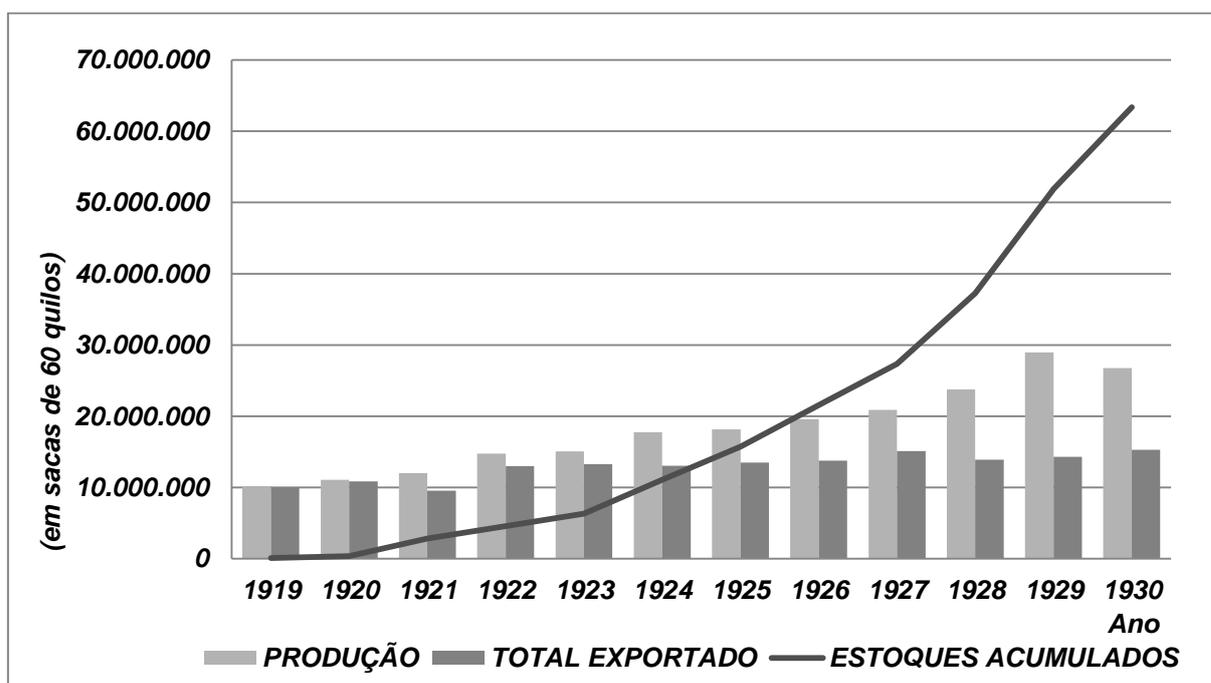
ANO	PRODUÇÃO	TOTAL EXPORTADO	ESTOQUES ACUMULADOS
1919	10.116.000	10.008.000	108.000
1920	11.090.000	10.850.000	348.000
1921	12.026.000	9.565.000	2.809.000
1922	14.756.000	13.005.000	4.560.000

1923	15.056.000	13.284.000	6.332.000
1924	17.761.000	13.023.000	11.070.000
1925	18.164.000	13.482.000	15.752.000
1926	19.572.000	13.751.000	21.573.000
1927	20.900.000	15.115.000	27.358.000
1928	23.764.000	13.881.000	37.241.000
1929	28.941.000	14.281.000	51.901.000
1930	26.752.000	15.288.000	63.365.000

Fonte: Anuário estatístico do Brasil, ano v, 1939-1940, pp. 1373-1375. Apud: REZENDE, Cyro. Economia Brasileira Contemporânea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 21 p.

A tabela acima comprova que a ação de Vargas ao comprar as sacas de café era necessária para a economia brasileira não quebrar. Conforme Rezende (2002, p. 27), “em 1934 o pior da crise já havia passado”.

Figura 10 – Gráfico da política de valorização do café (em sacas de 60 quilos)



Fonte: Anuário estatístico do Brasil, ano v, 1939-1940, pp. 1373-1375. Apud: REZENDE, Cyro. Economia Brasileira Contemporânea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 21 p.

Elaboração: a Autora.

(...) o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10%, e já em 1933 recupera o nível de 1929. (FURTADO, 1980, p. 195)

Em consequência do cenário internacional foi preciso à fomentação da produção interna por conta da diminuição das importações, aparecendo nesse momento a chance para o desenvolvimento industrial brasileiro em maior escala.

Para Soromenho (2008), a partir da década de 30, a industrialização foi a principal personagem da vida econômica brasileira. Essa década foi essencial pelo fato de iniciar o movimento de substituição das importações (principalmente o café) por um avanço no setor industrial no Brasil, uma industrialização fechada.

Conforme Gremaud (2009),

a primeira característica dessa industrialização substituidora de importações é de ser uma industrialização fechada em função de dois elementos: ser voltada para dentro e depender em boa parte de medidas que protegem a indústria nacional dos concorrentes externos.” (GREMAUD, 2009, p. 353).

A industrialização brasileira foi um marco, pois assim adquiriu sua independência política, econômica e cultural para a divisão da estrutura social brasileira, nascem com o trabalho assalariado novas classes: os empresários e os operários. Mas também o aumento da concentração de renda.

Gremaud (2002) afirma que o processo de substituição de importações concentrava renda em função do êxodo rural que gerava excedente de mão de obra e assim havia baixos salários que por outro lado permitia por não haver concorrência altos preços e altas margens de lucros; ainda o mercado a ser atingido pelas indústrias ainda era muito restrito.

Aos setores tradicionais de produção (têxteis, alimentos, bebidas e fumo), somam-se agora as indústrias básicas (metalúrgica, mecânica, de cimento e de papel). Não havia dúvida, formava-se a atmosfera própria para o florescimento da fé de que o ‘Brasil era o país do futuro’. (SOROMENHO, 2008, p. 16).

Assim, é claro a evolução dessa nova fase brasileira não dependendo mais de Portugal ou Inglaterra. O primeiro Governo Vargas foi uma fase importante para o país em meio de tantos acontecimentos como a queda do crescimento econômico como o estouro da Segunda Guerra Mundial.

No início da década de 1950, Getúlio Vargas tenta implantar as bases de uma indústria pesada no Brasil. Lacerda, Bocchi, Rego, Borges e Marques (2003) afirmam que Getúlio Vargas tinha uma proposta nacionalista, onde restringia a possibilidade de financiamento externo e a participação de capitais estrangeiros de forma direta.

O objetivo de Vargas era implementar no país o departamento I, aquele que foca sua produção em bens intermediários. Ainda por Lacerda et. al. (2003) esse governo enfrentou fortes dificuldades políticas, e os empresários mostram seu descontentamento por conta do aumento dos custos das importações e a desvalorização cambial. E foi assim que o mesmo se suicidou e seu projeto não chegou a ser implementado.

Após o governo de Vargas, Juscelino Kubitschek implantou o Plano de metas que foi de 1956 a 1960. Gramaud, Vasconcelos e ToneTo Jr. (2009) consideram esse período como o auge da industrialização brasileira pois o Plano tinha como objetivo ir além do processo de substituição de importações, seu principal objetivo era estabelecer bases de uma economia industrial mais madura no Brasil.

(...) o Plano de metas aprofundou todas as contradições criadas ao longo do processo de industrialização por substituição de importações, tornando claros os limites do modelo dentro do arcabouço institucional vigente. Por outro lado, essa fase de crescimento industrial brasileiro já representa, de certa forma, a superação do próprio modelo de substituição de importações, mesmo porque a concepção do plano vai além de uma resposta de estrangulamento externo, sendo a interação entre os diferentes setores e subsetores da economia brasileira que passam a ditar o ritmo de uma economia que está no final dos anos 50 muito mais madura e integrada (GREMAUD, VASCONCELOS, TONETO JR., 2009, p. 368)

Os anos de 1960 vieram com uma diferente situação econômica. Gramaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2009) apresentam a primeira crise econômica brasileira após sua industrialização. Em 1963 a crise implicou em uma queda significativa dos investimentos e o crescimento brasileiro também reduziu, acelerando a inflação.

O quadro abaixo revela as explicações da crise da década de 60. O momento era de instabilidade, houve a eleição de Jânio Quadros, a queda dos investimentos ligado ao Plano de Metas.

Quadro 4 - A crise dos anos 60 e suas explicações.

Crises	Conjunturais	Estruturais
Políticas	Instabilidade Política.	Crise do populismo.
Econômicas	Política econômica recessiva de combate à inflação.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estagnacionismo – crise do PSI. 2. Crise cíclica endógena de uma economia industrial. 3. Inadequação institucional.

Fonte: GREMAUD, VASCONCELOS, TONETO JR., (2009, p. 372).

Essa forma, por Gramaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2009) ressaltam a importância de reformas institucionais para a tentativa da retomada de investimentos. Foi assim que em 1964 houve o golpe militar que impôs a forma autoritária no Brasil, implementando o Plano de Ação Econômica do Governo – Paeg.

As reformas do Paeg alteraram praticamente todo o quadro institucional vigente na economia brasileira, adaptando-o às necessidades de uma economia industrial. Montou-se um esquema de financiamento que viabilizaria a retomada do crescimento, e dotou-se o Estado de maior capacidade de intervenção na economia. A política adotada no Paeg obteve grande êxito na redução das taxas inflacionárias e em preparar o terreno para a retomada do crescimento. (GREMAUD, VASCONCELOS, TONETO JR., 2009, p. 385)

Esse período até 1973 foi chamado de Milagre econômico, foi o período que houve o maior crescimento da história da economia brasileira. Em 1973 houve uma mudança radical no cenário internacional, a crise do petróleo.

Esse foi o momento em que o governo abandonou de vez as tentativas de conter a demanda, e fez a opção pela continuidade do processo de desenvolvimento. Lançou-se o II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento), em fins de 1974, como uma alternativa Pa dicotomia de ajustamento ou financiamento, mas promovendo-se um ajuste na estrutura de oferta de longo prazo, simultaneamente à manutenção do crescimento econômico. Assim, mantinha a economia funcionando em ritmo de marcha forçada. GREMAUD, VASCONCELOS, TONETO JR. (2009, p. 401).

3.4 ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Mill (1996) tenta evidenciar que a desigualdade da riqueza não é algo que surge de uma vez, e sim da história e costumes de uma nação. Por isso o Brasil

desde sua colonização já vem redigindo como a sua população irá se distribuir e como a riqueza se encaixará perante todos.

A distribuição da riqueza, portanto, depende das leis e costumes da sociedade. As regras pelas quais ela é determinada são feitas pelas opiniões e sentimentos que as partes dirigentes estabelecem e são muito diferentes em épocas e países diversos, e poderia ser ainda mais diferente se a humanidade assim escolhesse. (MILL, 1996, p. 15).

O período pós-guerra foi denominado “era do ouro”, pois os países estavam se reconstruindo, enquanto o capitalismo se desenvolvia ainda mais. Foi a época em que “a área rural no Brasil foi invadida pelo capital promovendo a modernização da produção. Ambos os fenômenos, a industrialização do país e a modernização da produção rural (capitalismo no campo), contribuíram para intensificar a migração da população rural para os centros urbanos, de tal forma, que a população urbana do país ultrapassou a rural em número na década de 1960.” (NASCIMENTO, 2009, p. 2).

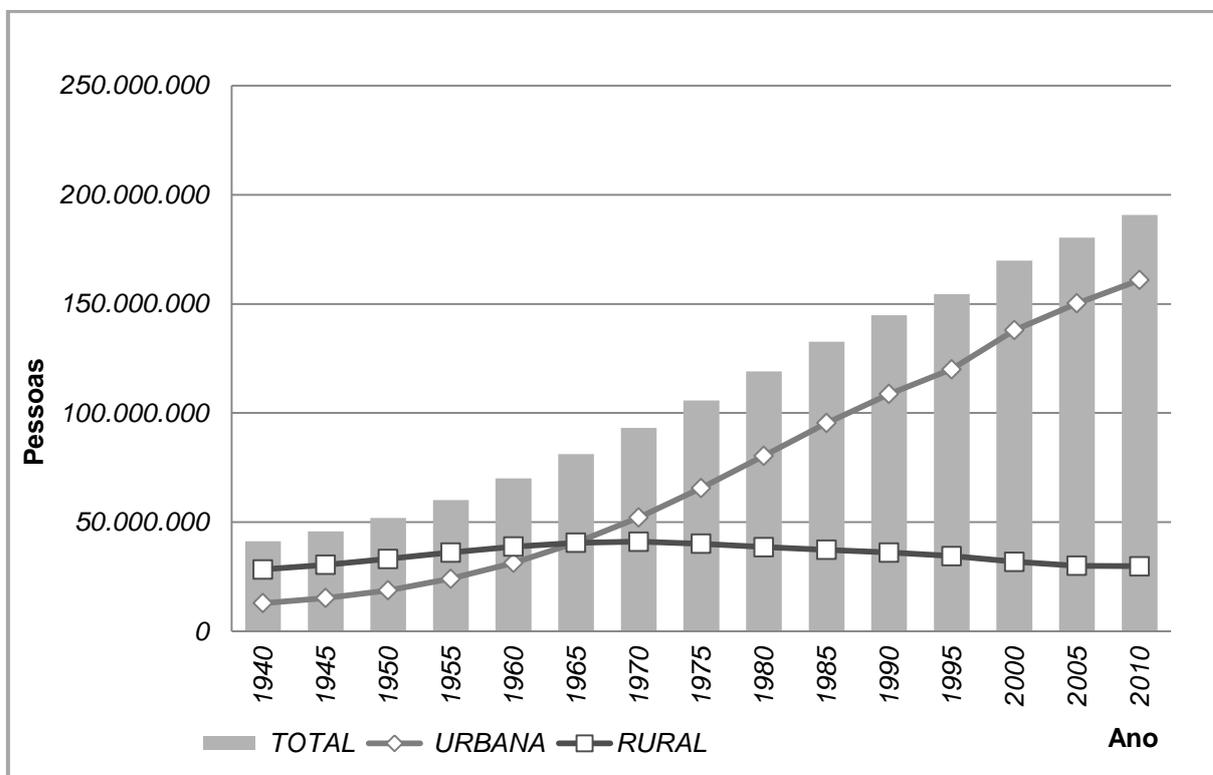
Tabela 11 – Evolução da população brasileira total, urbana e rural – 1940 a 2010

ANO	POPULAÇÃO BRASILEIRA			PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL	
	TOTAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133	31,24%	68,76%
1945	45.729.317	15.261.562	30.467.755	33,37%	66,63%
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	36,16%	63,84%
1955	60.171.493	24.062.745	36.108.748	39,99%	60,01%
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	44,67%	55,33%
1965	81.173.813	40.620.668	40.553.145	50,04%	49,96%
1970	93.134.846	52.097.260	41.037.586	55,94%	44,06%
1975	105.717.932	65.626.131	40.091.801	62,08%	37,92%
1980	119.011.052	80.437.327	38.573.725	67,59%	32,41%
1985	132.735.867	95.418.978	37.316.889	71,89%	28,11%
1990	144.825.152	108.714.709	36.110.443	75,07%	24,93%
1995	154.524.262	120.074.996	34.449.266	77,71%	22,29%
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25%	18,75%
2005	180.296.251	150.282.543	30.013.708	83,35%	16,65%
2010	190.755.799	160.925.792	29.830.007	84,36%	15,64%

Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Elaboração: a Autora

Figura 11 – Gráfico da evolução da população brasileira total, urbana e rura – 1940 a 2010.



Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Elaboração: a Autora

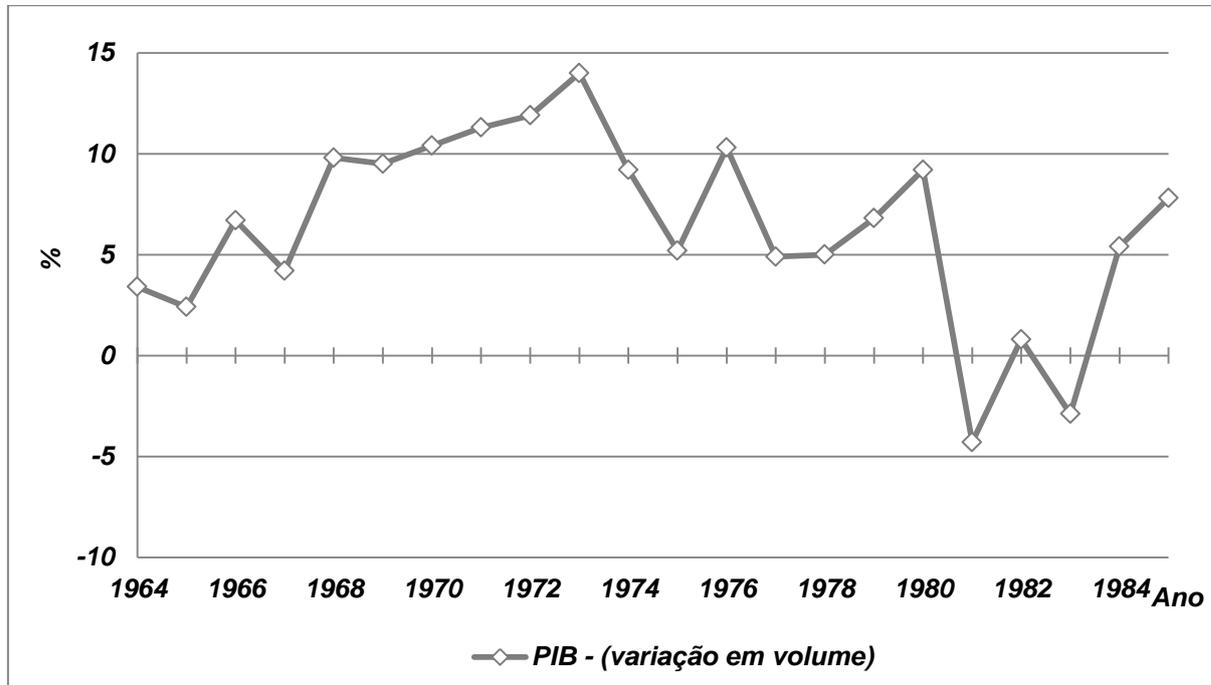
Conforme a tabela, o crescimento da população brasileira na década de 1940 para a de 1950 foi de 25,97%. Nesse período, a industrialização nascente promove uma nova classe: o proletariado.

Na década seguinte o crescimento da população brasileira teve um boom em 1960, um aumento de 34,90%. No período de 65 até 70 o crescimento que foi de 14,74% em apenas 5 anos. Nesta época a preponderância da população rural sobre a urbana sofre uma inversão. Foi um período excepcional do desenvolvimento brasileiro, durante o período militar, um momento áureo que desenvolveu nosso país mas também aumentou a concentração de renda e da pobreza, conforme a tabela a seguir.

Tabela 12 – Variação do PIB brasileiro – 1964 a 1985

Ano	PIB (variação em volume)	Ano	PIB (variação em volume)	Ano	PIB (variação em volume)
1964	3,4	1972	11,9	1979	6,8
1965	2,4	1973	14,0	1980	9,2
1966	6,7	1974	9,2	1981	-4,3
1967	4,2	1975	5,2	1982	0,8
1968	9,8	1976	10,3	1983	-2,9
1969	9,5	1977	4,9	1984	5,4
1970	10,4	1978	5,0	1985	7,8
1971	11,3				

Fonte: IBGE, disponível em: www.ibge.gov.br/home/.../00000007765203112012522606619383.xls. Acesso em 15 mai. 2014.

Figura 12 – Gráfico da variação do PIB brasileiro – 1964 a 1985.

Fonte: IBGE, disponível em: www.ibge.gov.br/home/.../00000007765203112012522606619383.xls. Acesso em 15 mai. 2014

Elaboração: a Autora

Conforme a tabela acima, de 1964 a 1980, o governo militar conseguiu realmente impulsionar o PIB brasileiro tendo apenas variações positivas na produção interna bruta do país.

Com a percepção do governo militar da discrepância na concentração de renda e pobreza, após alguns anos de preocupação surge algumas medidas como as políticas públicas a fim de ajudar a população e se inicia os projetos públicos; *“(...) é apenas no contexto da redemocratização do país – e com a promulgação da nova Constituição, em 1988 – que tais políticas adquirem maior legitimidade e penetração na própria agenda governamental.”* Pochman (2010, p. 76).

Essas medidas foram como por exemplo: a previdência, pensões, auxílios, SUS, assistência social, entre outras para amenizar os problemas da população brasileira.

O gasto federal com a área social, no período de 1960 a 2005 pode ser observado na tabela apresentada abaixo:

Tabela 13 – Gasto do governo federal brasileiro com a área social

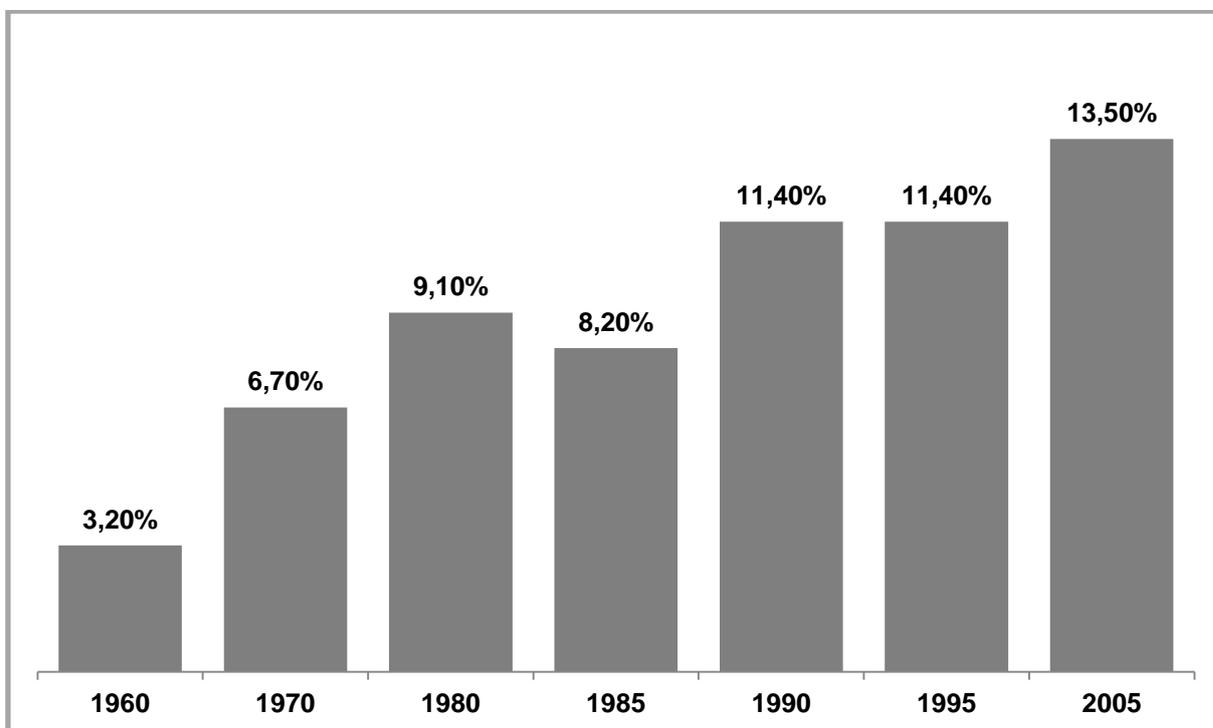
Ano	1960	1970	1980	1985	1990	1995	2005
% gasto federal em proporção do PIB	3,20%	6,70%	9,10%	8,20%	11,40%	11,40%	13,50%

Fonte: IBGE - “Estatísticas do Século XX” *apud* OLIVEIRA, JAIME, FLEURY, (1985, p. 339 a 341).

A evolução dos gastos do governo federal com o social ao longo da evolução da história brasileira é clara, houve uma maior “preocupação” dos governantes em ter uma política populista para atrair a população além de tentar melhorar a situação dos brasileiros.

Analisando os gastos em relação ao PIB brasileiro, observamos um aumento de mais de 10% em 45 anos, em 1960 representava 3,20% e já no governo Lula, em 2005 representava 13,50% do total do PIB. O aumento dessa participação no PIB do país foi impressionante para que a população em geral tivesse acesso ao consumo, consequência de uma melhora na renda familiar e possibilidades no mercado de trabalho.

Figura 13 – Gráfico do gasto do governo federal brasileiro como área social – 1960 – 2005.



Fonte: IBGE - "Estatísticas do Século XX" apud OLIVEIRA, JAIME, FLEURY, (1985, p. 339 a 341).

Elaboração: a Autora

Em termos de PIB per capita – ou renda per capita – o Brasil cresceu 12,7 vezes entre os anos de 1900 e 2000. Foi um crescimento expressivo, sem dúvida, mas por ter partido de uma base muito baixa, foi insuficiente para colocar o país entre as nações de maior poder aquisitivo. Além disto, a forma de apropriação da riqueza se deu de maneira desigual, pois a herança escravista e patrimonialista, aliada ao processo de "cidadania regulada" fez do país um campeão mundial de concentração de renda. (ALVES, 2004,p. 2).

Essa abordagem de população e PIB do Brasil no século XX é necessária para a continuidade do estudo na questão que envolve a história acontecida para entender as mudanças nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma no XXI e a aparição da classe C, teoricamente denominada nova classe média brasileira. Os próximos capítulos abordaram mais especificamente dos dias atuais.

3.5 A POBREZA E SUA RELEVÂNCIA NA ECONOMIA BRASILEIRA

Para Malthus (1996) a pobreza era considerada o fim inevitável do homem, pois em sua teoria da população via que a população cresceria à taxa superior à da produção de meios de subsistência. Mas olhando por outro ângulo, a pobreza é notada na população em que não consegue ter os itens básicos de subsistência. Para Sandroni (1999) a pobreza atinge principalmente países subdesenvolvidos, e o mesmo define pobreza como sendo:

Estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de rendas ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação. O problema está ligado à capacidade produtiva da sociedade, embora atinja até mesmo camadas sociais marginalizadas de países altamente desenvolvidos. Em 1980, de acordo com a ONU, 114 países do Terceiro Mundo produziam apenas cerca de 10% do produto bruto mundial, e cerca de 2 bilhões de pessoas viviam em miséria extrema, com renda anual inferior a US\$ 200,00. (SANDRONI, 1999, p.476).

Infelizmente o mundo é muito desigual, por isso existe essa quantidade de pessoas que vivem na extrema pobreza. O mercado de um país pode se limitar também de acordo com Mill (1996) por conta da pobreza da população que possui o trabalho coletivo ineficiente para se tornar uma grande consumidora.

Grande parte da produção das “oficinas de suadouro” é de mercadorias malfeitas ou de qualidade inferior, que jamais seriam produzidas, não fossem as “demandas” da classe mais pobre, mantida na pobreza pelos mesmos males econômicos que garantem aos ramos de “suadouro” a oferta de mão-de-obra barata e ineficiente; de outro modo, grande parte do trabalho seria realizado a máquina nas fábricas, onde os salários são mais altos, mais curta a jornada de trabalho e melhores as condições gerais do emprego. (HOBSON, 1996, p. 141).

Essa citação de Hobson mostra que por conta da pobreza de uma parcela da população que é necessário produzir mercadorias inferiores para que essa parcela consiga com sua pequena renda auferir e conseguir sobreviver.

Myrdal se interessou pelos problemas econômicos dos países subdesenvolvidos como por exemplo o Brasil. Em seu estudo, na série dos Economistas, Myrdal explica o círculo vicioso da pobreza associando variáveis não econômicas.

O conceito continha ainda duas grandes vantagens adicionais: ao incorporar um conjunto de variáveis econômicas, sociais, culturais etc., estabelecia uma espécie de vacina contra as explicações dos processos baseadas em apenas uma causa. Por outro lado, pelo próprio caráter de sua dinâmica, contemplava o fator tempo, de tal forma que elementos tais como as expectativas e a memória (social) dos agentes poderiam ser levados em conta como uma força transformadora. (MYRDAL, 1997, p. 6).

Além das causas históricas para explicar a pobreza de uma população, há algumas variáveis que medem a pobreza, como o coeficiente de Gini que será abordado a seguir.

3.5.1 Coeficiente de Gini

O coeficiente de Gini é um cálculo desenvolvido para medir a desigualdade social, quão a renda esta concentrada nas mãos de poucos ou não. De acordo com Sandroni (1999) esse coeficiente se aproxima de 1 quando há uma grande concentração de renda, se houvesse uma melhor distribuição esse índice tenderia a zero. Então esse coeficiente varia entre 1 e zero.

Medida de concentração, mais freqüentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. O coeficiente de Gini é medido pela relação ou pela fórmula geral, $G = 1 - \sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1})(X_i - X_{i-1})$, sendo x_i a porcentagem acumulada da população (pessoas que recebem renda, proprietários de terra, indústrias etc.) até o estrato i ; y_i , a porcentagem acumulada da renda, área, valor da produção etc., até o estrato i ; e n , o número de estratos de renda, área, valor da produção etc. O índice ou coeficiente de Gini se aproximaria de 1, refletindo o aumento da concentração. Se a distribuição da renda, da propriedade da terra, do valor da produção industrial etc. fosse igualitária, a curva de Lorenz coincidiria com a linha de 45º e o coeficiente de Gini seria igual ou muito próximo de zero. (SANDRONI, 1999, p. 106).

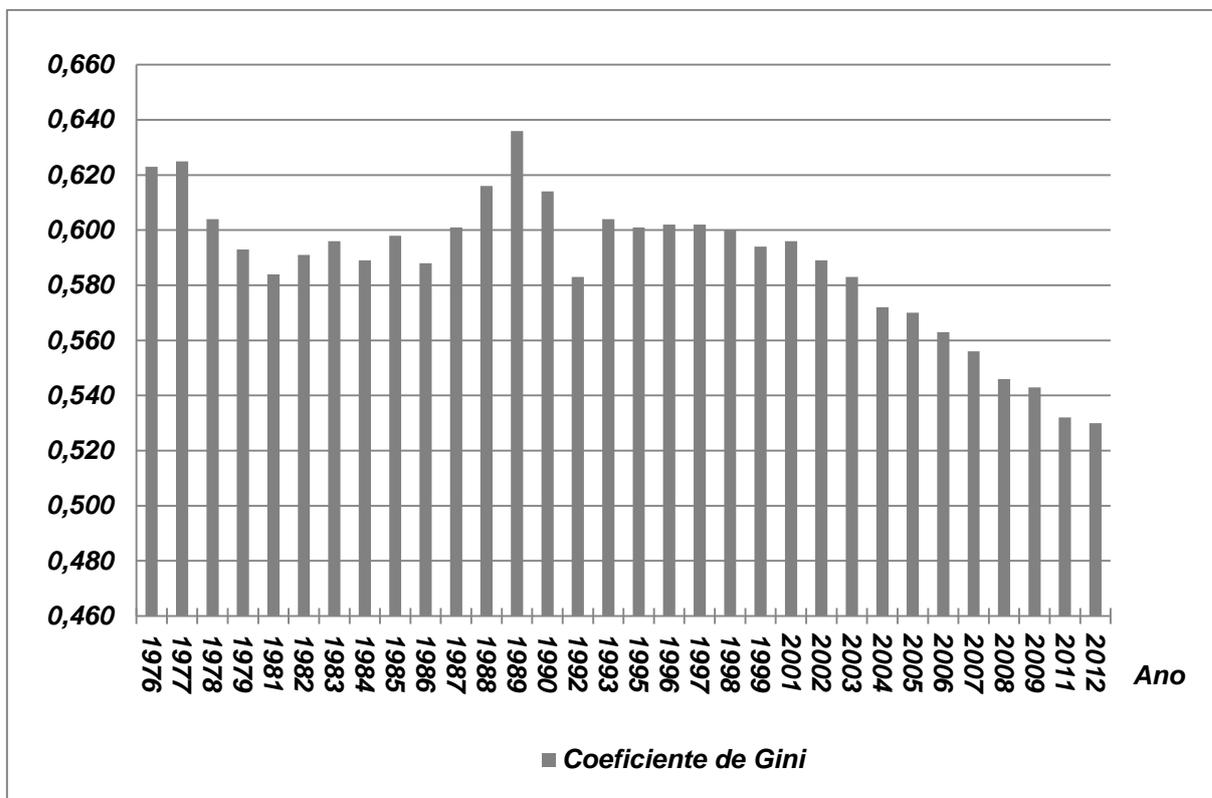
Tabela 14 - Série histórica do Coeficiente de Gini no Brasil - 1976 – 2012.

Ano	Coeficiente de Gini						
1976	0,623	1985	0,598	1995	0,601	2004	0,572
1977	0,625	1986	0,588	1996	0,602	2005	0,570
1978	0,604	1987	0,601	1997	0,602	2006	0,563
1979	0,593	1988	0,616	1998	0,600	2007	0,556
1981	0,584	1989	0,636	1999	0,594	2008	0,546
1982	0,591	1990	0,614	2001	0,596	2009	0,543
1983	0,596	1992	0,583	2002	0,589	2011	0,532
1984	0,589	1993	0,604	2003	0,583	2012	0,530

Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>, acessado em 25-06-2014.

Elaboração: a Autora.

Figura 14 – Gráfico da série histórica do coeficiente de Gini no Brasil - 1976 – 2012.



Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>, acessado em 25-06-2014.

Elaboração: a Autora.

Essa série histórica apresentada pelo IPEADATA, desde 1976 até 2012, mostra como se representa a concentração de renda no Brasil.

De acordo com os dados apresentados o índice teve uma relativa variação no período. Iniciou em 1976 com um valor de 0,623 que já indica uma concentração de renda representativa, em 1984 esse índice havia caído para 0,589, o que indicou uma relativa melhora na distribuição de renda do país. Mas esse índice volta a crescer e atinge em 1989 seu maior valor apresentado, 0,636. A partir de então, o coeficiente de Gini mesmo com variações apresentou uma tendência de queda, e no último ano analisado representa o menor valor, de 0,53, o que mostra que esta havendo no país uma redistribuição da renda, fazendo com que a concentração diminua.

O primeiro esforço a ser empreendido será o de corrigir a tendência atávica à concentração de renda, que, conforme vimos, tem suas raízes na época colonial. Já observamos que essa concentração que singulariza o Brasil transcende uma análise puramente econômica e requer uma visão de conjunto do processo de formação da sociedade brasileira. Na forma como

se apresenta hoje, a distribuição da renda social expõe uma parcela importante da população a sobreviver nos limites da fome, enquanto a minoria que controla o sistema político desfruta de um nível de vida similar ao das elites dos países ricos. Desconcentrar a renda é obra de longo prazo e persistência, e exige que recentre o sistema econômico no mercado interno, a fim de que o desenvolvimento não seja socialmente excludente. (FURTADO, palestra de abertura do Ciclo de Seminários “Brasil em Desenvolvimento”, acesso em 01-07-2014).

3.5.2 Participação dos mais pobres na população brasileira

A pobreza é um assunto abordado por diversos economistas por se tratar de um tema muito relevante para o desenvolvimento de uma economia. Estenssoro (2003), afirma que a pobreza foi no século XX percebida como algo inacreditável, porque mesmo com todo o progresso econômico, a pobreza persistia.

Na verdade, o progresso e o trabalho podem criar pobreza ao invés de suprimi-la. Surge então a questão da natureza da pobreza, isto é, o papel que desempenha na reprodução das sociedades. Isto está ligado a três questões interdependentes, que participam de toda política ou luta contra a pobreza: para que servem os pobres? Para que serve a pobreza? Que fazer dos pobres? (ESTENSSORO, 2003, p. 202).

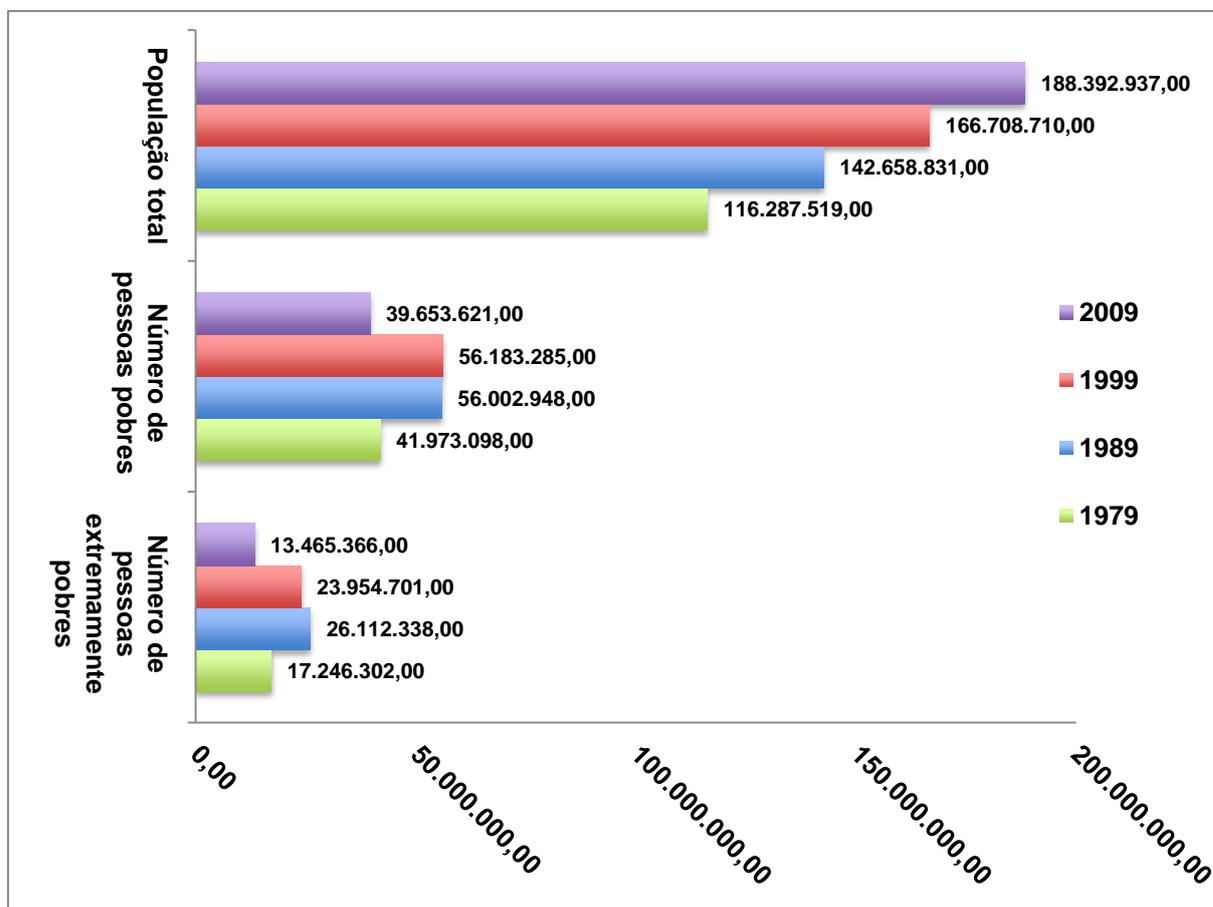
Tabela 15 - Participação dos pobres na população brasileira – 1979 - 2009

Ano	Número de pessoas extremamente pobres	Número de pessoas pobres	População total
1979	17.246.302,00	41.973.098,00	116.287.519
1989	26.112.338,00	56.002.948,00	142.658.831
1999	23.954.701,00	56.183.285,00	166.708.710
2009	13.465.366,00	39.653.621,00	188.392.937

Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>, acessado em 25-06-2014.

Conforme já analisado a cima, é notável que a desigualdade brasileira não é um assunto atual. Mas mudanças ocorreram para que dessa desigualdade começasse a ao menos diminuir. Velloso e Albuquerque (2005) afirmam que o Brasil enriqueceu e se modificou em diversos aspectos.

Figura 15 – Gráfico da participação dos pobres na população brasileira– 1979 – 2009.



Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>, acessado em 25-06-2014.

Elaboração: a Autora.

O país que temos no início do século XXI é radicalmente diferente daquele de 1970. Mesmo sem fazer juízo de valor sobre a sociedade de consumo e sobre a “modernidade”, há evidências inconteste de progresso, e, em particular de que a pobreza vista como uma situação de carências diversas se reduziu. (...) Há ainda progressos a realizar para chegar às condições de vida de países como da Suécia, mas uma boa parte do caminho já foi percorrido. (VELLOSO E ALBUQUERQUE, 2005, p. 181).

Com essa citação de Velloso e Albuquerque (2005) a tabela 15 e a figura 15 nos remete ao que afirmaram. É notável a diminuição da quantidade de pessoas pobres e também as extremamente pobres no período de 1979 a 2009 comparando com o total da população brasileira. Em 1979 a população total era de 116.287.519 desses 41.973.098 eram considerados pobres e 17.246.302 extremamente pobres. Já em 2009 a população total cresceu para 188.392.937,

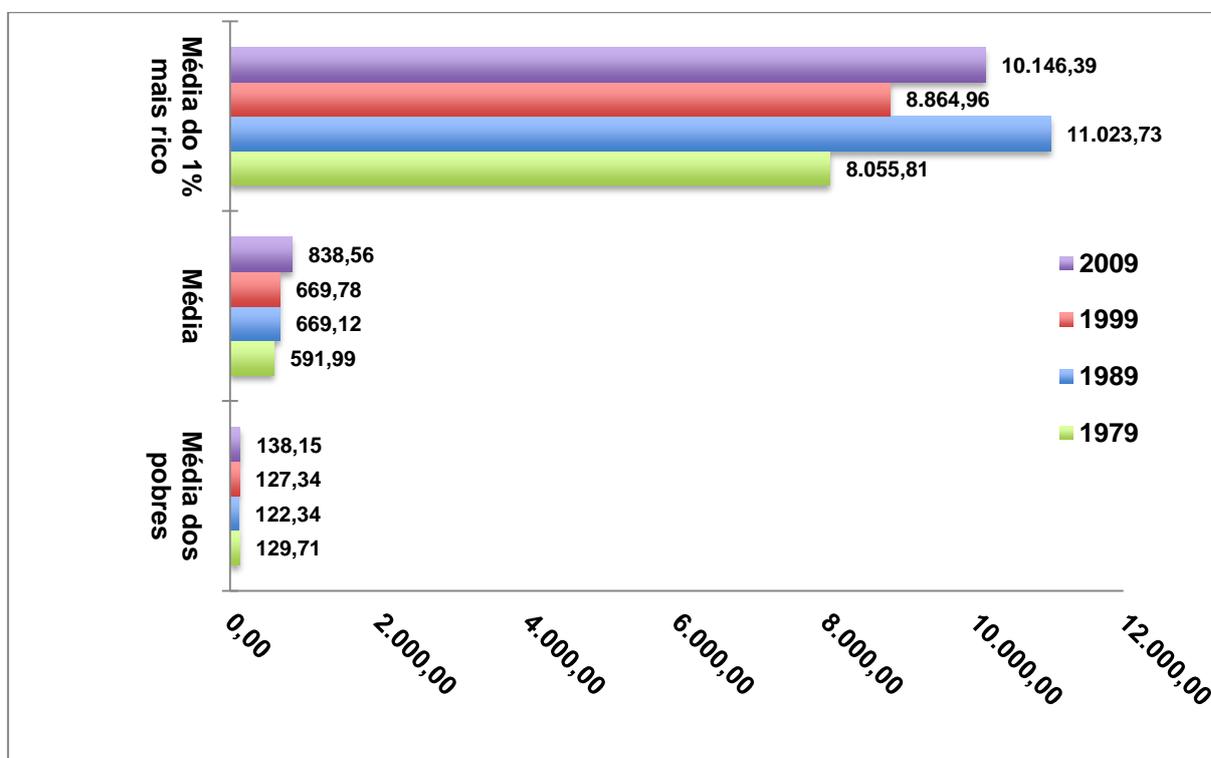
sendo 39.653.621 de pessoas pobres e 13.465.366 habitantes extremamente pobres. A população total cresceu nesse período 62%, enquanto a quantidade de pobres teve uma queda de 5% e a população extremamente pobre apresentou uma queda de 22%.

Tabela 16 – Renda domiciliar per capita dos municípios brasileiros – 1979 – 2009.

Ano	Renda domiciliar per capita		
	Média dos pobres	Média	Média do 1% mais rico
1979	129,71	591,99	8.055,81
1989	122,34	669,12	11.023,73
1999	127,34	669,78	8.864,96
2009	138,15	838,56	10.146,39

Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>, acessado em 25-06-2014.

Figura 16 – Gráfico da renda domiciliar per capita dos municípios brasileiros – 1979 – 2009.



Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>, acessado em 25-06-2014.

Elaboração: a Autora.

Se analisarmos a renda per capita dos domicílios no mesmo período que analisamos a população, observamos também uma melhora. Em 1979 os mais pobres tinham uma renda per capita de 129,71 enquanto a média era de 591,99, ou seja, 4 vezes e meio menor do que a média, enquanto os 1% mais ricos apresentavam uma renda per capita de 8.055,81. Em 2009 houve um pequena melhora no valor da renda per capita dos mais pobres que subiu para 138,15 mas ainda muito abaixo da média nacional que se elevou para 838,56 e a renda per capita dos mais ricos subiu ainda mais para 10.146,39. Isso nos leva a concluir que apesar de ter ocorrido uma melhora na classe mais pobre, houve uma melhora ainda maior na classe mais rica.

Essa diminuição na quantidade de pobres tem por trás a evolução da economia e medias políticas adotadas nos últimos governos. Um dos principais objetivos dos governos atuais vem sendo tentar melhorias nas classes menos desenvolvidas. Esse assunto será aprofundado melhor no capítulo seguinte que analisara os últimos três governos brasileiros e suas respectivas ações para as mudanças ocorridas nas classes sociais brasileiras.

4. O COMPORTAMENTO DAS CLASSES SOCIAIS BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

No início do século XXI, quem ocupava pelo segundo mandato a presidência do Brasil era Fernando Henrique Cardoso que ficou no cargo até 2003, quando assumiu Luiz Inácio Lula da Silva que também governou o país por dois mandatos e saiu do governo em 2011 dando lugar à sua sucessora Dilma Vana Rousseff que esta ainda no cargo, como o 36ª presidente da República do Brasil.

O quarto e último capítulo deste trabalho apresentará quais foram os projetos e programas implementados em cada governo e quais foram os resultados para os mesmos. O governo de Dilma não tratá tantos dados relacionados ao assunto por se tratar de um governo ainda não acabado.

4.1 GOVERNO FHC

Fernando Henrique Cardoso nasceu em junho 1931, no Rio de Janeiro. Tornou Presidente da República em 1 de janeiro de 1995 e governou por dois mandatos até sair do poder em 2003. Durante esse período iniciou alguns programas de transferência de renda e fez algumas reformas econômicas.

4.1.1 O Plano Real e os governos de Fernando Henrique Cardoso

Antes de se tornar presidente já exercia funções no governo. O que o levou a presidência foi com a implementação do Plano Real, isso se deu porque Fernando Collor de Melo havia sofrido o impeachment em 1992, e de acordo com Pires et al. (2010), Itamar Franco assumiu a presidência e nomeando-o como Ministro da Fazenda. A situação da economia brasileira, naquele momento, era super complicada e delicada, pois a inflação não cedia e alcançavam elevados índices.

O Plano Real foi anunciado em novembro de 1993 e, por conseguir reduzir a inflação anual de 2.500% para menos de 10% em menos de um ano, fez

com que Fernando Henrique Cardoso conseguisse ter dois mandatos na presidência seguidos. FHC ficou no governo de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002 .

Pires et al.(2010) mostra que para o Plano Real surtir efeito precisou usar o dólar americano como âncora para ter condições externas favoráveis, ou seja, ter liquidez internacional suficiente para o Banco Central acumular divisas que funcionassem como âncora da moeda que estavam tentando implementar.

(...) a inflação acumulada no Brasil em um período de 45 anos (1966-2006) foi de 14 quatrilhões, 210 trilhões, 480 bilhões, 6 milhões, 34 mil e 800%. Ao longo desse período, o Brasil teve oito diferentes moedas: cruzeiro (1942-1967); cruzeiro novo (1967-1970); cruzeiro (1970-1986); cruzado (1986-1989); cruzado novo (1989-1990); cruzeiro (1991-1993); cruzeiro real (1993-1994) e, por fim, o real, desde 1994. (PIRES et al., 2010, p. 282).

O governo de Collor acabou ajudando o Plano Real, pelo fato de ter confiscado parte dos valores da poupança, o país estava pouco endividado. Pires et al. (2010) ainda complementa que o Brasil conseguiu captar mais de 40 bilhões de dólares no mercado internacional para utilizar na indexação da nova moeda brasileira, o real.

Para a implementação do Plano Real houve três importantes etapas antes de se chegar a nossa moeda atual. Primeiro foi necessário o ajuste fiscal, a implantação da URV (uma moeda intermediária) e por fim a criação da nova moeda.

No dia 1º de julho de 1994, o cruzeiro real deixou de existir como meio de troca, e a URV transformou-se na nova moeda, o real. (...) a URV refletia a taxa de câmbio de cruzeiros reais em dólar, a taxa de câmbio foi fixada em R\$ 1,00/dólar. Mas a política de juros elevados, que foi adotada, associada com a quebra de barreiras para a entrada de capitais estrangeiros no mercado financeiro, não só garantiu a paridade inicialmente definida, como levou, em um primeiro momento, à sobrevalorização do real, que chegou a ser cotado a R\$ 0,85/dólar. (PIRES et al., 2010, p. 299).

O caminho para o Plano Real foi necessário também uma reforma do Estado e ainda privatizar algumas empresas, e foi o que FHC fez.

No período 1993-95 houve uma retomada do crescimento da economia brasileira, que teve um impacto significativo sobre o nível de renda dos mais pobres. Ademais, o Plano Real provocou a redução extraordinária da inflação e, portanto, do chamado imposto inflacionário que corrói a renda real dos desprotegidos. (LESBAUPIN, 1999, p. 53).

O que Lesbaupin (1999) afirma esta bem nítido, porque o Plano Real conseguiu diminuir a inflação, mas isso deixou de herança custos para o país. Podemos citar o endividamento interno e externo, baixas taxas de crescimento da

economia, por conta das altas taxas de juros, perda de competitividade da produção nacional, desvalorização da moeda perante o dólar, entre outros.

Apesar de todos os percalços que impediram um crescimento sustentado da renda desde então, os indicadores de pobreza em 2002 se apresentaram muito mais favoráveis do que os imediatamente anteriores ao Plano Real. (VELLOSO E ALBUQUERQUE, 2005, p. 189)

Mas apesar de alguns pontos negativos a implantação do real trouxe melhoras para a população brasileira. De acordo com um estudo do governo de 2002, Brasil 1994-2002 A Era do Brasil mostra que após o Real o salário mínimo registrou o mais alto nível dos últimos quarenta anos, como segue o gráfico abaixo.

Tabela 17 – Salário mínimo real – Médias anuais, deflacionadas pelo IPC-Fipe, em R\$ de abril de 2000.

Ano	Salário Mínimo Real	Ano	Salário Mínimo Real
1940	R\$ 144,00	1972	R\$ 97,00
1944	R\$ 118,00	1976	R\$ 103,00
1948	R\$ 59,00	1980	R\$ 116,00
1952	R\$ 134,00	1984	R\$ 114,00
1956	R\$ 157,00	1988	R\$ 122,00
1960	R\$ 140,00	1992	R\$ 111,00
1964	R\$ 119,00	1996	R\$ 126,00
1968	R\$ 99,00	2001	R\$ 145,00

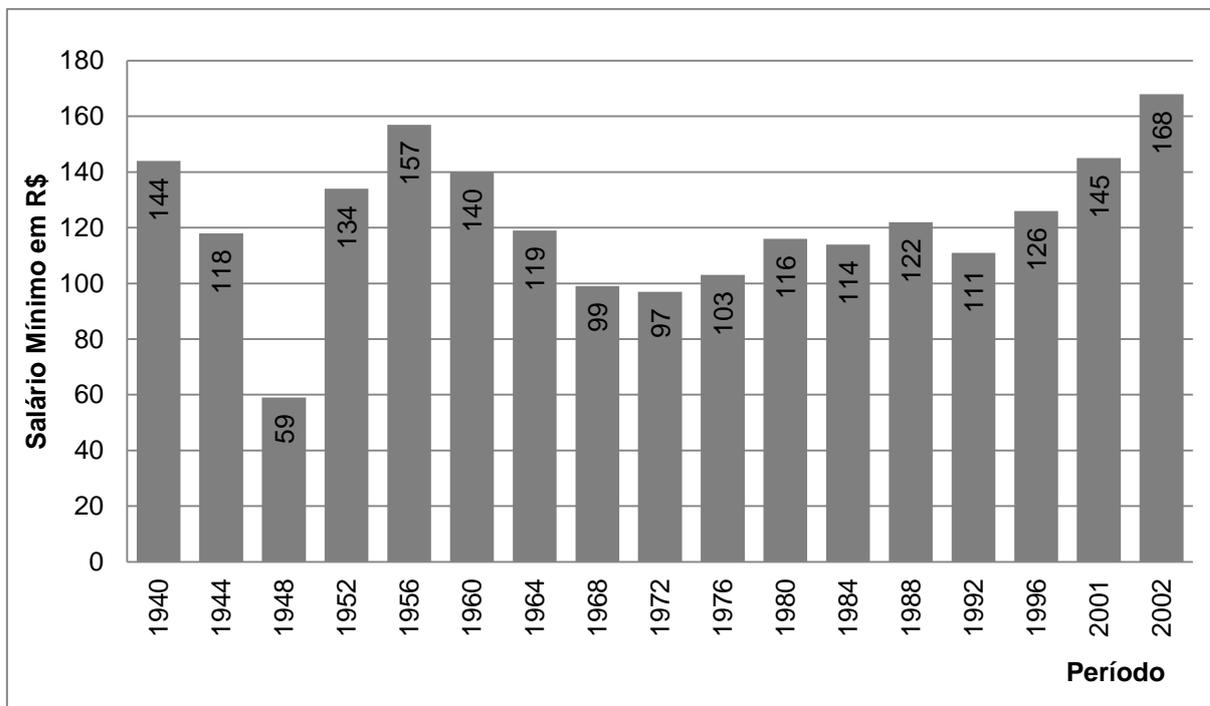
Fonte: Brasil 1994 – 2002. A era do Brasil (2002, p.19).

Pelo representado acima, após a contenção da inflação que antes do Plano Real chegava a valores impressionantes iniciou-se um período com melhores salários para a população, além de apresentar uma melhora no bem-estar das pessoas.

O aumento da renda remete a uma outra variável que é a pobreza. De acordo com Cardoso (2002), o Brasil conseguiu retirar da linha de pobreza no mínimo nove milhões de pessoas, o número de pobres entre 1990 – 1994 era de 65 milhões e esse número conseguiu baixar para 55 milhões já entre 1995 e 2000 por conta do crescimento da renda domiciliar per capita.

Os gráficos abaixo corroboram as afirmações acima.

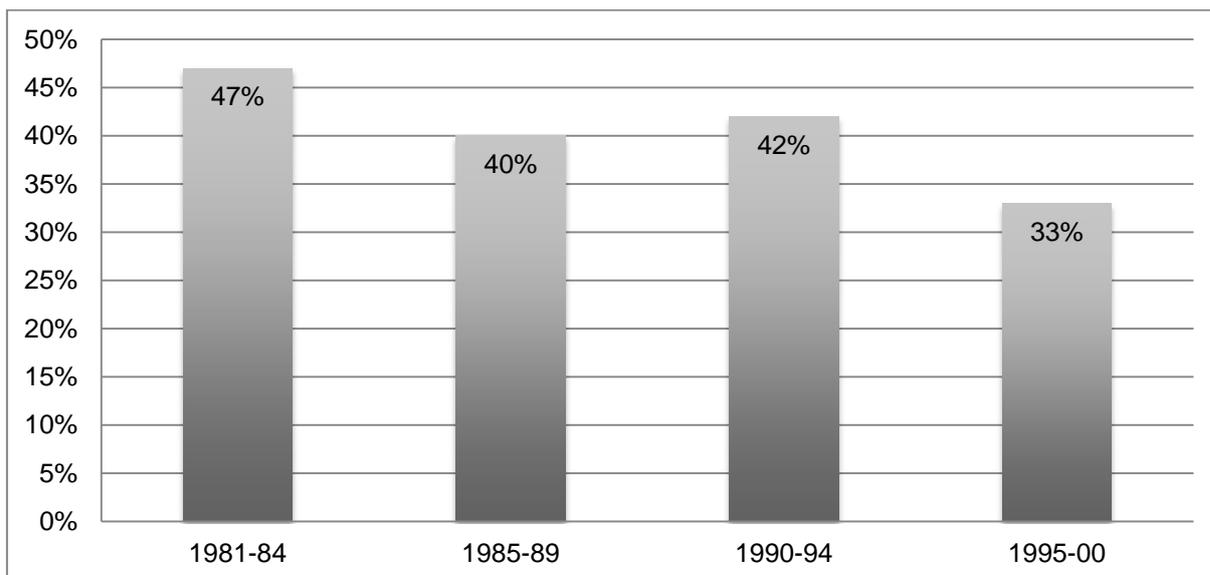
Figura 17 - Gráfico do salário mínimo real – médias anuais, deflacionadas pelo IPC-Fipe, em R\$ de abril de 2000



Fonte: Brasil 1994 – 2002. A era do Brasil (2002, p.19).

Elaboração: a Autora.

Figura 18 – Gráfico da proporção de pobres no Brasil – médias em quatro períodos, de 1981 a 2000



Fonte: Brasil 1994 – 2002. A era do Brasil (2002, p.21).

Elaboração: a Autora.

A diminuição da pobreza pode remeter-se a observação de que houve uma melhora nas classes sociais. Pessoas deixando a linha de extrema pobreza e iniciando em uma nova faixa de renda, mesmo que ainda muito abaixo do que o esperado.

Apesar da redução da pobreza nos anos 90, pode-se verificar no Brasil, assim como na maioria dos países latino-americanos, uma rigidez da distribuição de renda. Este fenômeno pode ser explicado pelas altas taxas de desemprego, pelo gap entre aumento de salário e aumento de produtividade, aumento das disparidades intra-salariais (trabalhadores qualificados versus não qualificados), e pela enorme concentração de riqueza. (LESBAUPIN, 1999, p. 53).

4.1.2 Os programas de transferência de renda

Fernando Henrique Cardoso idealizou alguns programas no âmbito social para melhorar a distribuição de renda brasileira. Implementou de acordo com o site do Governo Federal, FHC, em 2001 implementou o programa Bolsa escola. Que foi idealizado para ajudar jovens e crianças de baixa renda com uma bolsa para as mesmas frequentarem a escola regularmente. O programa consistia em:

Quebrar o círculo vicioso da pobreza significa oferecer oportunidades para as camadas de renda mais baixa da população, sobretudo por meio da educação de qualidade. O Governo Federal vem perseguindo, desde 1995, combater a pobreza estrutural e promover a inclusão social. Após ampliar a oferta de vagas no ensino fundamental, optou por adotar novas medidas de transferência de renda que incentivassem as matrículas e a permanência na escola. MEC, disponível em <http://www.mec.gov.br/bolsaescola/estrut/serv/programa/default.asp>, acessado em: 21 ago 2014.

Esse programa tinha intenção de vigência até 2010, ou seja, 10 anos de programa, mas o mesmo foi incorporado ao Bolsa família já no governo de Lula.

Além do bolsa escola foram criados no governo FHC diversos programas sociais como bolsa alimentação, auxílio gás, cartão alimentação, entre outros. O programa bolsa alimentação foi criado em 2001 pelo Ministério da saúde com a intenção de atingir famílias com renda per capita de até R\$ 90,00 e com a presença de gestantes, nutrízes e crianças de até 6 anos de idade, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A distribuição de renda não pode ser separada da questão de distribuição de riqueza. (...) A evolução histórica do país esteve sempre marcada por um processo concentrador de propriedade. O latifúndio foi a forma de organização da produção no período primário-exportador. Os processos de

industrialização e de urbanização foram acompanhados também por um processo de concentração de propriedade por meios de produção nos grandes grupos privados nacionais e internacionais. Nesse sentido, o elevado grau de concentração de riqueza é um fato marcante do processo histórico brasileiro. (LESBAUPIN, 1999, p. 54).

O auxílio gás regulamentado em 2002 pelo Ministério das Minas e Energia (MME), tinha o objetivo de repassar R\$ 15,00 para as famílias que recebiam uma renda mensal percapita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo a cada dois meses.

Conforme mostrado acima, os valores do salário mínimo no governo FHC evoluíram. Observa-se agora, como se comportou a evolução do rendimento per capita das famílias brasileiras nesse período.

Tabela 18 - Rendimento familiar per capita

Renda familia percapita	1998	1999	2001	2002	2003
Ate 1/2 salario minimo	32,1	32,7	31,7	31,9	32,1
Mais de 1/2 a 1 salario minimo	25,7	26,4	26	26,3	27,4
Mais de 1 a 2 salarios minimos	18,7	18,5	19,1	19,6	19,3
Mais de 2 a 3 salarios minimos	6,8	6,6	7,0	7,0	6,5
Mais de 3 a 5 salarios minimos	5,6	5,3	5,4	5,1	5,0
Mais de 5 salarios minimos	5,2	4,9	5,0	5,0	4,4
Sem rendimento	3,5	3,5	3,8	3,2	3,3
Sem declaracao	2,4	2,2	2,1	1,9	2,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=16&op=0&vcodigo=IU30&t=rendimento-familiar-capita>. Acesso em 10 ago. 2014

As famílias medianas que ganham mais de $\frac{1}{2}$ salário mínimo até as famílias que ganham 2 salários aumentaram no governo FHC, no entanto os outros rendimentos apresentam quedas no período.

4.1.3 Evolução do gasto social no governo FHC

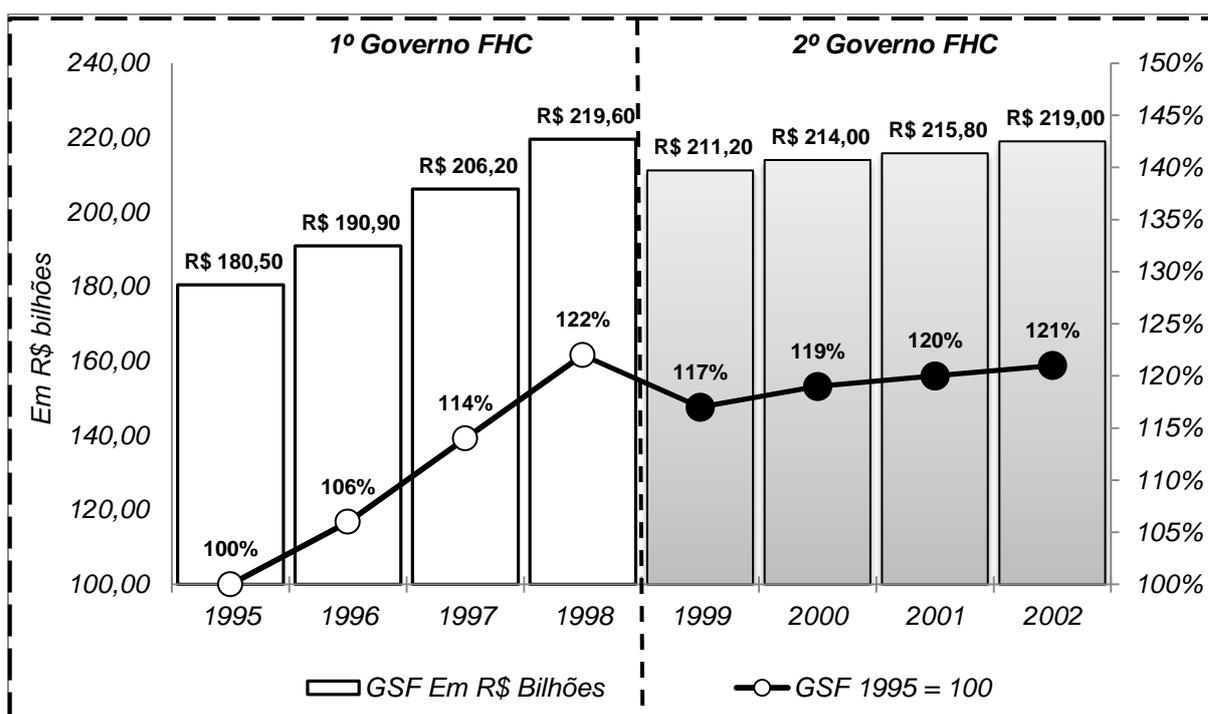
De acordo com os estudos de Castro e Cardoso Jr. (2005), os dois governos de FHC tiveram diferentes focos muito por conta da implantação e ajustamento do Real, dessa forma os dois mandatos tiveram diferentes resultados. Analisaremos aqui os gastos do governo com o social e sua divisão entre os dois mandatos.

Tabela 19 - Evolução do gasto social no governo FHC

Ano	Gasto Social Federa (GSF)		GSF/PIB	
	Valor Constante (em bilhões de R\$)	Nº do índice 1995=100%	Evolução anual %	%
1995	180.472,5	100	-	12,2
1996	190.864,7	106	5,8	11,9
1997	206.235,3	114	8,1	12,4
1998	219.582,0	122	6,5	13,0
1999	211.150,8	117	-3,8	13,3
2000	213.968,6	119	1,3	13,5
2001	215.827,5	120	0,9	13,9

Fonte: SOF/Sidor. Elaboração: Disoc/Ipea. Políticas Sociais no Brasil, p. 272, 2005.

Nota: Valores deflacionados mês a mês pelo IGP-DI, para dez./2002.

Figura 19 – Gráfico da variação real do gasto social no governo FHC (1995-2002)

Fonte: SOF/Sidor. Elaboração: Disoc/Ipea. Políticas Sociais no Brasil, p. 272, 2005.

Nota: Valores deflacionados mês a mês pelo IGP-DI, para dez./2002.

Elaboração: a Autora.

Castro e Cardoso Jr. (2005) analisam os gastos do governo com o social como um crescimento real de 5%a.a. no primeiro mandato e ainda esse crescimento teve uma maior representação em relação ao PIB que aumentou de 12% para 13%. No segundo mandato já se observou uma mudança na orientação

política, o que fez com que houvesse um aumento nos gastos e um decréscimo real dos gastos sociais que representou já em 1999 cerca de 4%.

4.2 GOVERNO LULA

Luís Inácio Lula da Silva, nascido em 27 de outubro de 1945, e eleito presidente da república por dois mandatos, de janeiro de 2003 até janeiro de 2011.

De acordo com sua bibliografia, mesmo o governo tendo passado por diversas crises política, Lula, em 2005, tornou-se o presidente com maior aprovação popular desde que foram instituídas as pesquisas de avaliação no Brasil. Seu governo pode ser considerado como populista por dar ênfase em programas sociais no país.

4.2.1 O Bolsa Família

O ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome descreve o programa Bolsa Família como um programa de transferência de renda que beneficia família em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Esse programa compilou diversos programas já em vigência no governo de FHC como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás.

O programa começou a funcionar em outubro de 2003, e Weissheimer (2006) associa o programa com característica principal de associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos básicos, como saúde, educação, alimentação e assistência social. A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Em 2003, o mais importante deles – o Bolsa Escola – beneficiava cerca de 5 milhões de famílias, com transferência de renda de até R\$ 45,00 por família. Hoje, o Bolsa Família beneficia cerca de 11,1 milhões de famílias, com transferência de renda de até R\$ 107,00 por família. (WEISSHEIMER, 2006,p. 33).

De acordo com o IPEA em artigo divulgado em 2007, o governo federal apresentou um crescimento nos gastos com programas sociais de R\$ 179,8 bilhões para R\$ 312,4 bilhões entre 1995 e 2005, incluindo a previdência social que representa 44% dos gastos sociais totais.

(...) promover o desenvolvimento sócio-econômico de famílias em estado de insegurança alimentar, gerar trabalho e renda, desenvolver ou mesmo criar uma dignidade capaz de levar que possa ser chamado de cidadania. Esse é o caminho para a saída do Bolsa Família. WEISSHEIMER, 2006, p. 39).

O programa visava ajudar as famílias até que as mesmas consigam sair do programa e caminhar por conta própria. E é isso que Weissheimer (2006), tenta explicar na citação acima. Com o programa as famílias obtiveram renda e com as mesmas consumiram e dessa forma conseguem fazer o ciclo funcionar o que gera mais empregos aumentando consequentemente a renda das famílias.

4.2.2 Dados

Conforme já dito, o crescimento tão representativo nos gastos sociais brasileiros no governo Lula se deu pelo fato da implantação dos programas sociais e também os que já estavam implementados apresentação significativos aumentos como segue:

Tabela 20 - Gasto Social direto do Governo Federal (2001-2004) – Valores constantes em milhões de reais de 2004.

Programa Assistencial	2001	2002	2003	2004	Variação 2001-04
Previdência Social	134.638	146.582	157.281	168.252	25%
Assistência Social	10.805	12.254	13.830	16.237	50%
Transferências diretas de Renda	148.132	162.810	176.896	191.213	29%
Total	202.920	217.494	229.308	248.848	23%

Fonte: Orçamento Social do Governo Federal: 2001-2004 (Deflator Implícito do PIB) IPUD: LAVINAS, Lena. Transferências de renda: o “quase tudo” do sistema de proteção social brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ. 2006. 3 p.

Os gastos sociais aumentaram em todas suas vertentes. O Programa Bolsa Família foi grande responsável por ter tido enorme aceitação da população. A

previdência social mostra crescimento constante ao passar dos anos, representando um aumento de 25% entre 2001 e 2004.

O quesito assistência social foi o que mais apresentou crescimento nesse período, de 50%, enquanto o item transferência de rendas interna, que inclui o bolsa família apresentou um crescimento de 29% no período analisado.

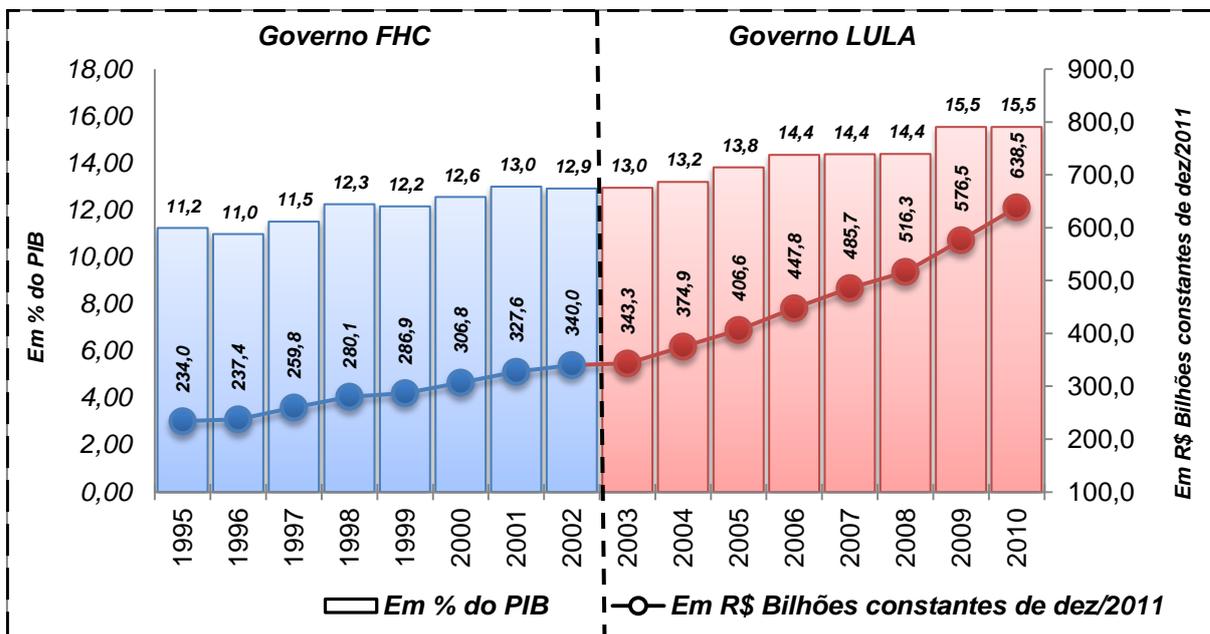
De acordo com um estudo apresentado por pesquisadores do IPEA, Castro, Ribeiro, Chaves e Duarte 2012 apresentaram os gastos sociais brasileiros entre 1995 a 2010 apresentando seu proporcional de gastos em relação ao PIB brasileiro. Deflacionando os valores mês para mês constantes de dezembro de 2011, pelo IPCA e também PIB em percentuais.

Tabela 21 - Trajetória do Gasto Social Federal, 1995 – 2010.

Ano	Em % do PIB	Em R\$ Bilhões constantes de dez/2011
1995	11,24	234,0
1996	10,98	237,4
1997	11,51	259,8
1998	12,25	280,1
1999	12,16	286,9
2000	12,56	306,8
2001	13,00	327,6
2002	12,92	340,0
2003	12,95	343,3
2004	13,20	374,9
2005	13,82	406,6
2006	14,35	447,8
2007	14,38	485,7
2008	14,39	516,3
2009	15,54	576,5
2010	15,54	638,5

Fonte: SIAFI/SIDOR Elaboração: Disoc/IPEA IPUD: CASTRO, Jorge. Gasto Social Federal: prioridade Macroeconômica no período 1995-2010. IPEA. 2012. 8 p.

Se observa então que desde de o governo FHC há gastos representativos com o social. Esses gastos a cada ano aumenta, isso por conta dos programas sociais que a cada ano atende mais famílias.

Figura 20 - Gráfico da trajetória do gasto social federal, 1995 – 2010

Fonte: SIAFI/SIDOR **Elaboração:** Disoc/IPEA **IPUD:** CASTRO, Jorge. Gasto Social Federal: prioridade Macroeconômica no período 1995-2010. IPEA. 2012. 8 p.

Elaboração: a Autora.

O aumento com gastos sociais no governo Lula foi considerável, pois conforme já mencionado o mesmo adotou políticas no âmbito social na maior parte de seus mandatos.

4.3 GOVERNO DILMA

Dilma Vana Rousseff, nascida em 14 de dezembro de 1947. De acordo com sua biografia publicada pelo site oficial do Palácio do Planalto, iniciou sua jornada política aos 16 anos contra o regime militar.

No governo do presidente Lula ocupou a chefia do Ministério Minas e Energia e depois chefiou a Casa Civil. Em 2011, se tornou a 36ª presidente do Brasil, sendo a primeira mulher ao chegar ao poder no Brasil. Contou com o apoio de Lula como seu principal aliado e cabo eleitoral. Seu governo ainda não está acabado, por isso nem todos aspectos de seu governo podem ser analisados, mas é notável que Dilma continuou o enfoque social que Lula manteve.

4.3.1 Dados

O programa Bolsa Família no governo Dilma continuou sendo foco. De acordo com dados apresentados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome nos mostra que em junho de 2014:

Quadro 5 - Programa Bolsa Família- renda per capita das famílias

Quantidade de famílias cadastradas	Renda per capita mensal declarada
14.049.523	Até R\$ 70,00
19.363.508	Até R\$ 140,00
24.794.350	Até meio salário mínimo

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Cadastro%20%C3%9Anico>, acesso em 22 ago. 2014.

Ainda com base nos dados apresentados pelo governo, diz-se que em julho de 2014, 14.204.279 famílias foram beneficiadas com o Bolsa família, recebendo como valor médio um benefício de R\$169,41 o que totalizou R\$ 2.406.363.186,00 transferidos pelo governo federal e esse gasto se divide da seguinte forma:

Quadro 6 - Dissolução dos gastos com o programa Bolsa Família

Item	Valor
Quantidade de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família	14.204.279
Valor total de recursos financeiros pagos em benefício às famílias	R\$ 2.406.363.186,00
Tipos de Benefício	Valor
Benefício Básico	12.655.719
Benefícios Variáveis	21.260.346
Benefício Variável Jovem – BVJ	2.626.360
Benefício Variável Nutriz – BVN	223.447
Benefício Variável Gestante – BVG	179.832
Benefício de Superação da Extrema Pobreza – BSP	4.986.875

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Benef%C3%ADcios>, visualizado em 22 ago. 2014.

Esses dados são referentes a julho e maio de 2014 e mostram como são dividido os valores repassados pelo Governo Federal às famílias cadastradas no Cadastro Único.

Em 2012, uma reportagem publicada por Mariana Branco, repórter da Agência Brasil, mostraram que em 16 anos os gastos do governo federal na área

social cresceram 172%, descontando a inflação do período, medido pelo IPCA. E evidência que os principais responsáveis pelo aumento foram: a previdência, assistência social, educação e habitação e o urbanismo.

Com o impulso do reajuste do salário mínimo e da reformulação do Bolsa Família, os programas sociais de transferências de renda alcançaram peso inédito no gasto público e na economia do país. Recursos pagos diretamente a famílias representaram mais da metade, exatos 50,4% das despesas do governo federal do ano passado, excluídos da conta os encargos da dívida pública. Dados recém-apurados da execução orçamentária mostram que o montante chegou a R\$ 405,2 bilhões, distribuídos entre o regime geral de previdência, o amparo ao trabalhador e assistência. (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO ON LINE, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/92010-metade-dos-gastos-de-dilma-vai-para-programas-sociais.shtml>, acesso em em 22-08-2014.)

Uma notícia mais atual divulgada pelo jornal Folha de São Paulo, mostram que em 2013 o gasto do governo bateu novamente recorde, mas gastos com investimentos ficam estagnados.

É explícito que o foco dos últimos governos vem sendo o social. O importante aqui é observarmos se esses gastos estão sendo favoráveis para uma evolução das famílias quando se observa as classes sociais.

4.3.2 Novo conceito de divisão das classes sociais no Brasil

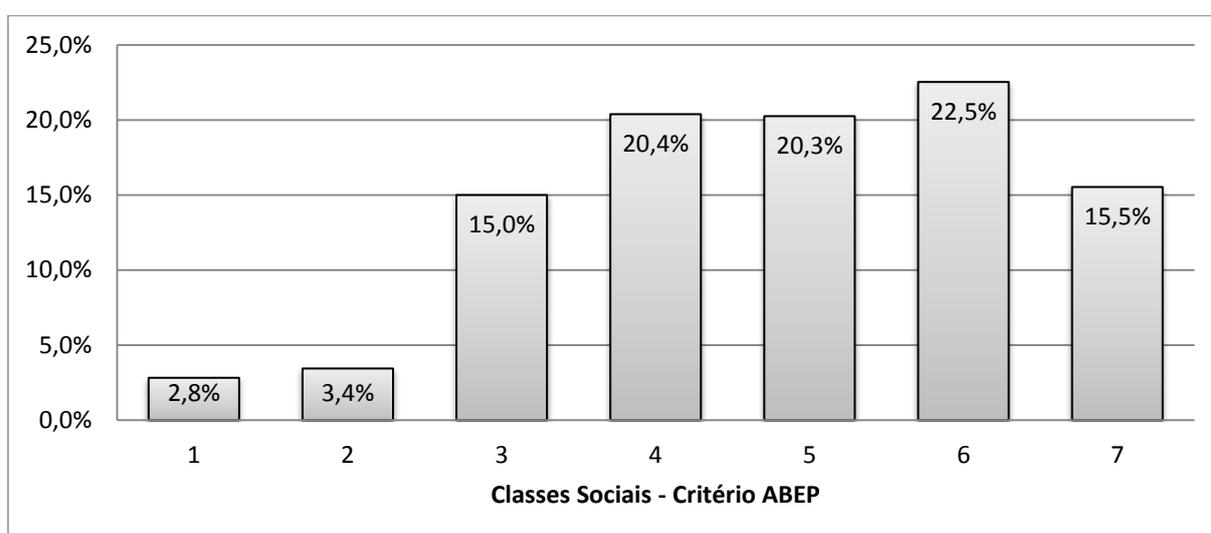
No Brasil a divisão das classes sociais considerava até 2013 a renda média familiar, dividindo assim a população em 05 estratos sociais diferentes. Essa divisão separava a classe mais rica brasileira com uma renda média acima de R\$ 9.745,00 e a mais pobre com renda média até R\$ 1.085,00, isso nos mostra uma diferença de aproximadamente 9 vezes na renda familiar dos mais ricos e mais pobres Neri (2010).

No entanto, de acordo com o artigo de Vieira, a Associação Brasileira de Empresas e Pesquisa (Abep), iniciou desde janeiro de 2014 um novo critério para classificação dos estratos socioeconômicos brasileiros. Com a nova formatação da divisão das classes, a população esta agora agrupada em 7 classes, onde a maior parte se classifica na classe média, ou seja, 55,7% do total dos brasileiros. É importante ressaltar a participação de 29.602.109 brasileiros que ainda se

classificam na classe mais baixa, ou seja, a mais pobre, em condições ainda miseráveis.

Mesmo com a divisão em 7 classes adotada pela Abep, é possível uma subdivisão entre: classe alta, classe média e classe baixa. Para melhor explicar como é a nova divisão adotada pela Abep, de acordo com Vieira ficaria da seguinte maneira:

Figura 21 – Gráfico da população brasileira dividida de acordo com o novo critério da ABEP



Fonte: VIEIRA, Sérgio. Acesso em <http://oglobo.globo.com/infograficos/estratificacao-socioeconomica-consumo-brasil/>; visualizado em 11 ago. 2014.

Elaboração: a Autora.

Quadro 7 - População brasileira dividida de acordo com o novo critério da ABEP

Classe	População	%
1	5.386.822	2,8%
2	6.567.347	3,4%
3	28.583.392	15,0%
4	38.847.367	20,4%
5	38.597.448	20,3%
6	42.934.812	22,5%
7	29.602.109	15,5%
TOTAL	190.519.297	100,0%

Fonte: VIEIRA, Sérgio. Acesso em <http://oglobo.globo.com/infograficos/estratificacao-socioeconomica-consumo-brasil/>; visualizado em 11 ago. 2014.

De acordo com os dados de Vieira (2014), o Brasil divide sua população de 190.519.297 brasileiros em 7 estratos sociais. Podendo considerar as classes 1 e dois como classe alta, as classes 3, 4 e 5 como a classe média e as classes 6 e 7 como classe baixa. Dessa forma se concentram apenas 6,2% do total dos brasileiros na classe alta; 55,7% na classe média, ou seja, mais da metade da população e ainda 38% da classe baixa.

Quadro 8 - Gasto anual das classes sociais brasileiras em 2009.

Estrato	Gasto anual	Gasto médio (R\$)
1	274.626.359.629	170.392
2	203.578.519.109	98.614
3	473.747.075.414	54.150
4	364.204.376.675	30.578
5	213.786.756.750	17.981
6	161.529.593.468	12.249
7	68.356.555.788	8.134
Total	1.759.829.236.833	392.098

Fonte: VIEIRA, Sérgio. Acesso em <http://oglobo.globo.com/infograficos/estratificacao-socioeconomica-consumo-brasil/>; visualizado em 11 ago. 2014.

Apenas 2,8% da população gasta 15,1% do gasto anual total do Brasil, enquanto 15,5%, ou seja, a classe mais pobre, gasta apenas 3,9% do total anual. Nota-se que mesmo com a mudança nos critérios adotados a desigualdade ainda é enorme se comparar um extremo com o outro (estrato 1 com o 7).

Após a análise dos três governos observamos sim as mudanças nas classes sociais, principalmente a classe média que hoje suporta mais da metade dos brasileiros. As medidas populistas do governo são eficientes até determinado ponto, pois é preciso observar que as famílias precisam de um suporte, mas esse suporte não pode ser duradouro, pois senão as mesmas não vão conseguir se libertar para começar a caminhar de maneira independente do Estado.

CONCLUSÃO

A divisão de uma sociedade em classes ou estratos sociais é a personagem principal da história de determinado lugar. Entendeu-se pelo decorrer do trabalho sua importância nos diferentes períodos da história e na evolução de cada modo de produção. A população é a peça indispensável para qualquer economia, pois é a mesma quem vende sua força de trabalho para em troca auferir uma renda e depois consumí-la para a economia poder se movimentar e desenvolver.

Como visto as classes sociais podem ser divididas de diversas maneiras com variáveis diferentes. No Brasil, que foi o foco do trabalho, se dividir a população pela renda familiar média por mês temos três diferentes classes: alta, média e baixa observamos uma enorme diferença de renda. A classe alta varia sua renda entre R\$ 2.813,00 a R\$ 12.988; a classe média entre R\$ 1.540,00 a 2.812,00 e a classe baixa entre R\$ 0,00 e 1.539,00. É nítida a discrepância no Brasil, e o trabalho tentou analisar as variáveis que interferiram e interferem nessa divisão tão desigual colocando ainda um olhar especial na classe média brasileira, que nos últimos governos se destacou pelo seu alto índice de consumo e agora se destaca pelo seu alto índice de inadimplência.

Uma melhora na renda das famílias, independente do modo, não significa que essa família conseguiu sair de uma classe para uma outra maior. A melhora na renda dos brasileiros nos últimos anos com certeza foi de grande valia, mas isso no geral não fez com que a desigualdade brasileira diminuísse. Como foi dito, essa desigualdade vem desde de nossa colonização quando os portugueses já exploravam os índios nativos, e foi dessa forma que chegamos na grande discrepância que possuímos hoje.

A riqueza de um país não leva em consideração apenas aspectos puramente econômicos, é influenciada também pela renda que cada um possui e dessa forma os aspectos sociais interferem pois, todos os cidadãos contribuem na melhora ou piora da mesma e a riqueza com toda certeza não esta dividida de maneira “justa” para todos, não só no Brasil como em todo o mundo.

A determinação da renda é influenciada diretamente pelo consumo dos bens e serviços. Quando uma economia esta em uma vertente de crescimento, aumentam os investimentos que faz disparar o efeito do multiplicador gerando mais renda e assim disponibilizando mais recursos para as famílias consumirem e dessa forma reverter e mais investimentos e assim refazendo todo o ciclo. Quando a economia esta dessa forma, criam-se mais empregos e conseqüentemente o social da população vai melhorando. Mas, nenhuma economia consegue manter-se em crescimento para sempre, os ciclos econômicos nos mostram isso, há o crescimento, mas há também as depressões e recessões, e são nesses momentos que acontece fechamento de postos de trabalhos e isso vai afetando toda a cadeia.

Os programas sociais criados para esse assistencialismo no Brasil possuíam além do intuito de um governo populista a ajuda das famílias mais necessitadas para dessa forma as mesmas conseguirem consumir para aumentar o ciclo e fazer girar a economia. E assim feito, houve um “boom” no consumo brasileiro, a economia cresceu. Mas em contra partida milhares de famílias se endividaram e hoje estão custando pagar suas dívidas, essa nova classe média hoje já não consome quanto consumia no início.

No governo Dilma, por conta da “melhora” da renda das famílias iniciou-se um novo modelo de divisão das classes sociais, ainda podendo ser dividida em apenas três, mas agora se considera 7 classes sociais, e dessa forma é observável que a concentração da população esta na classe média, a classe consumista, onde 55,7% dos brasileiros fazem parte.

O trabalho então analisou e demonstrou a situação brasileira desde sua colonização até o governo vigente. O momento atual expira cuidados por conta do alto endividamento dessa nova classe consumista pois diversos investimentos foram feitos exclusivamente para a mesma e para que o país consiga melhorar e se desenvolver cada vez mais a população junto com as medidas econômicas possuem papeis chaves.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVES, José Eustáquio Diniz; BRUNO, Miguel A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? IBGE, São Paulo, 2006.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

BARROS, Ricardo Paes de. Comissão para definição da classe média no Brasil. Brasília: Governo Federal, 2012.

BENJAMIN, César. A opção brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. Classes e estratos sociais no capitalismo contemporâneo. São Paulo, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso. Brasil 1994-2002: a era do real. Brasília: Secom, 2002.

CASTRO, Jorge. Gasto Social Federal: prioridade Macroeconômica no período 1995-2010. IPEA. 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão de Castro; CARDOSO JUNIOR, José Celso. Questões sociais e políticas no Brasil. IPEA, 2005.

ESTENSSORO, Luis. Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina. São Paulo: USP, 2003.

FEIJÓ, Ricardo. História do pensamento econômico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FROYEN, Richard T. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 11. ed. Recife: Nacional, 1973.

GASTALDI, José Petrelli. Elementos da economia política. São Paulo: Saraiva, 1999.

GENNARI, Adilson Marques; OLIVEIRA, Roberson de. História do pensamento econômico. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GRAMAUD, Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HOBSON, John A. A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 18. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

IANNI, Octavio. Estrutura e História. Teorias da Estratificação Social: leitura de sociologia. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

JEVONS, W. Stanley. A teoria da economia política. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

KALECKI, Michal. Teoria dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

LACERDA, Antônio Correa et al. Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2003.

LAVINAS, Lena. Transferências de renda: o “quase-tudo” do sistema de proteção social brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LESBAUPIN, Ivo. O desmonte da nação: balanço do governo FHC. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. História econômica. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

MALTHUS, Thomas Robert. Princípios da economia política e considerações sobre sua aplicação prática, Ensaio sobre a população. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

MANDEL, Ernest. A formação do pensamento econômico de Karl Marx de 1843 até a redação de O Capital. 1. ed. São Paulo: Zahar, 1968.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

MILL, John Stuart. Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

MYRDAL, Gunnar. Aspectos políticos da teoria econômica. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1997.

NERI, Marcelo. A pequena grande década: crise, cenários e a nova classe média. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

PIRES, Marcos Cordeiro. Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

PIRES, Marcos Cordeiro et al. Economia brasileira: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

POCHMAN, Márcio. O Brasil em 4 décadas. IPEA, Governo Federal, 2010. (artigo)

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REZENDE, Cyro. Economia brasileira contemporânea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1999.

SEMPERE, Joaquim. Classe social. São Paulo: 2005

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Volume I e II. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

SOROMENHO, Geraldo José. Brasil 500 anos em poucas palavras. São Paulo: São Judas Tadeu, 2008.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Cinco décadas de questão social e os grandes desafios do crescimento sustentado. São Paulo: Jose Olympio, 2005.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

REFERENCIAL ELETRÔNICO

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>. Acesso em 29 jun. 2014.

FURTADO, Celso. Seminário internacional sobre desenvolvimento. 2009 disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:P9ltmOYVJNYJ:www.cdes.gov.br/documento/1552582/relatorio-29-pleno-seminario-internacional-sobre-desenvolvimento-v-24062009-.html+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 01 jul 2014.

GASPARIN, Gabriela. Veja diferenças entre conceitos que definem classes sociais no Brasil. Portal G1, 20 ago. 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html>. Acesso em 22 ago. 2014.

INSTITUTO brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=16&op=0&vcodigo=IU30&t=rendimento-familiar>. Acesso em 10 ago. 2014.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em 25 jun. 2014.

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em 28 jun. 2014.

MINISTÉRIO da educação. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 ago. 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral>. Acesso em 22 ago. 2014.

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. Educação nacional-desenvolvimentismo no Brasil. 2009. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/textos_introdutorios_periodos/Intr_nacional-desenvolvimentismo%20Nelito.doc. Acesso em 31 mar. 2014.

PATU, Gustavo. Metade dos gastos de Dilma vai para programas sociais. Jornal Folha de São Paulo online, 3 de fev. 2013. Disponível em

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/92010-metade-dos-gastos-de-dilma-vai-para-programas-sociais.shtml>. Acesso em 22 ago. 2014.

PEIXOTO, Afrânio. História do Brasil. Ebooks Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/peixoto.html>. Acesso em 10 mai. 2014.

PNUD, Programa das Nações Unidas. Ranking IDH global. 2012. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2012.aspx>. Acesso em 28 jun. 2014.

THE LEGATUM Prosperity Index, divulgado pela Legatum Institute. 2013. disponível em <http://www.prosperity.com>. Acesso em 15 ago. 2014.

UNFPA, Divisão de Informação e Relações Externas. Situação da População Mundial em 2013. 2013. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/situacao-da-populacao-mundial>. Acesso em 10 jun. 2014.

VIEIRA, Sérgio. Novo modelo de estratificação socioeconômica e consumo no Brasil. O Globo Economia. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/infograficos/estratificacao-socioeconomica-consumo-brasil/>. Acesso em 11 ago. 2014.

ANEXO A – Critério de classificação econômica Brasil

O critério de classificação econômica Brasil, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”. A divisão da economia definida abaixo é exclusivamente de classes econômicas.

SISTEMA DE PONTOS

Posse de itens	Quantidade de itens				
	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	1	2	3	4
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro	0	4	5	6	7
Automóvel	0	4	7	9	9
Empregada mensalista	0	3	4	4	4
Máquina de lavar	0	2	2	2	2
Videocassete e/ou DVD	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	0	2	2	2	2

Grau de instrução do chefe de família

Analfabeto / Primário incompleto	Analfabeto até 3ª. Série Fundamental	0
Primário completo / Ginásial incompleto	Até 4ª. Série Fundamental	1
Ginásial completo / Colegial incompleto	Fundamental completo	2
Colegial completo / Superior incompleto	Médio completo	4
Superior completo	Superior completo	8

CORTES DO CRITÉRIO BRASIL

Classe	Pontos	Total Brasil (%)
A1	42 - 46	0,9%
A2	35 - 41	4,1%
B1	29 - 34	8,9%
B2	23 - 28	15,7%
C1	18 - 22	20,7%
C2	14 - 17	21,8%
D	8 - 13	25,4%
E	0 - 7	2,6%

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2008 –
www.abep.org – Dados com base no levantamento sócio econômico – 2005 - IBGE